



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE  
(1975 A 1990): A CONFIGURAÇÃO E ATUAÇÃO DA  
POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE DURANTE A  
GUERRA FRIA**

**KATHLEEN ROCHETEAU GOMES COUTINHO**

**BRASÍLIA-DF**

**2015**

KATHLEEN ROCHETEAU GOMES COUTINHO

**A POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE (1975 A 1990):  
UMA ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO E ATUAÇÃO DA POLÍTICA  
EXTERNA DE CABO VERDE DURANTE A GUERRA FRIA**

Monografia apresentada ao Instituto de  
Relações Internacionais como requisito  
parcial à obtenção do Bacharel em  
Relações Internacionais.

Professor Orientador: Pio Penna Filho

**BRASÍLIA-DF  
2015**

KATHLEEN ROCHETEAU GOMES COUTINHO

**A POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE (1975 A 1990):  
UMA ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO E ATUAÇÃO DA POLÍTICA  
EXTERNA DE CABO VERDE DURANTE A GUERRA FRIA**

Monografia apresentada à Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Professor Orientador: Pio Penna Filho

Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2015

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, por ele me acompanhar e me apoiar incondicionalmente.

À minha família, pois se não fosse por ela não seria o que sou e nem estaria onde estou.

Ao meu orientador, Prof. Pio Penna Filho, por acreditar em mi e me ajudar nesta conquista.

A pessoas como o Sr. Andre Corsino Tolentino, Sr. Osvaldo Lopes da Silva e ao Sr. Carlos Nunes Fernandes Reis que disponibilizaram o tempo para me apoiar e contribuir na qualidade e concretização do meu trabalho.

Aos meus amigos que estiveram sempre me apoiando, dando força e moral e nunca deixando que eu me abatesse ou desistisse.

## RESUMO

O presente trabalho procura fazer uma análise histórica da configuração da Política Externa de Cabo Verde no período compreendido entre 1975 a 1990, isto é, como foi a atuação da política externa no período proposto e como ela soube captar as oportunidades da conjuntura internacional. Este trabalho se baseia análise de documentos oficiais e literaturas cabo-verdianas e as estrangeiras, relacionados com o tema, assim como entrevistas dirigidas a entidades que marcaram a história da política externa cabo-verdiana. O trabalho foi dividido em dois capítulos: o primeiro se apresenta uma contextualização breve da história de Cabo Verde, expondo um panorama geral da realidade cabo-verdiana a um breve relato histórico, desde a descolonização à independência e o período pós-independência. E no segundo capítulo se vai falar da política externa em si, discursando desde a sua formulação a configuração e atuação da mesma. Se pode considerar que a política externa se mostrou linear, tentando manter sempre suas diretrizes constantes, usando sempre da diplomacia para e nas negociações internacionais assim como para cooperação, mesmo quando se deu a transição política em 1990/91. Apesar das limitações internas que o país apresentava, além da sua pequenez, Cabo Verde, soube interpretar a conjuntura internacional (Guerra Fria) de forma madura, inteligente, e mesmo estando perante dois “gigantes” (EUA e a URSS) optou por uma posição de não alinhamento com nenhum dos lados, o que lhe trouxe ganhos e recursos de ambos as potências, além, apesar da sua aparente fragilidade, se manteve firme nos seus princípios procurando atender a priori aos interesses do país.

**Palavras-chave:** Política Externa de Cabo Verde. Não-alinhamento mitigado. Dossiê da África do Sul. PAIGC/ PAICV.

## ABSTRACT

This paper aims to make a historical analysis of the configuration of the Cape Verde Foreign Policy in the period 1975-1990, that is, how was the role of foreign policy in the proposed period and how it captured the opportunities in the international scenario. This work is based on the analysis of official documents and Cape Verdean and foreign literature related to the topic, as well as interviews directed to entities that have marked the history of Cape Verde's foreign policy. The work was divided into two chapters: the first one presents a brief historical background of the Cape Verde: exposing an overview of the Cape Verdean reality and a brief historical description, (since decolonization to independence and post-independence period). The second chapter is going to talk about the foreign policy itself, speaking from its design configuration and performance. It can be considered that foreign policy was linear, always trying to keep their constant guidance, always using diplomacy to and in international negotiations as well as for cooperation, even when there was a transition policy in 1990/91. Despite internal limitations that the country had, in addition to its smallness, Cape Verde, knew how to interpret the international situation (the Cold War) in a mature and smart way. Even standing in front of two “giants” (USA and USSR) he opted for a position of not aligned with either side, which brought gains and resources of both the powers as well, and despite its apparent fragility, he stood firm in its principles looking for to satisfy the country's interests.

**Keywords:** Cape Verde Foreign Policy. Mitigated Non-alignment. South Africa Dossier. PAIGC / PAICV.

## SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	1
1. PANORAMA GERAL DE CABO VERDE .....	6
1.1. HISTÓRIA DE CABO VERDE .....	9
1.2. PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA .....	10
1.3. OS PRIMEIROS ANOS DA INDEPENDÊNCIA.....	27
2. A POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE: (FORMULAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E ATUAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DE 1975 A 1990) .....	32
2.1. PRINCÍPIOS E OS DETERMINANTES DA POLÍTICA EXTERNA CABO-VERDIANA	37
2.2. HISTÓRIA E CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE.....	38
2.3. A POLÍTICA DO NÃO-ALINHAMENTO MITIGADO DE CABO VERDE.....	43
2.4. AS RELAÇÕES COM O CONTINENTE.....	49
2.5. EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....	59
APÊNDICES: .....	61
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	61
ANEXOS: .....	63
ANEXO I: RESPOSTA ANDRÉ CORSINO TOLENTINO .....	63
ANEXO II: RESPOSTA CARLOS NUNES FERNANDES REIS .....	68
ANEXO III: RESPOSTA DE OSVALDO LOPES DA SILVA .....	72

## LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1: Arquipélago de Cabo Verde.....	6
--	---



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CRCV - Constituição da Republica de Cabo Verde;  
EUA - Estados Unidos da América;  
FARP - Forças Armadas Revolucionárias do Povo;  
FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola;  
FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique;  
INE- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde;  
LOPE - Lei de Organização Política do Estado;  
MFA- Movimento das Forças Armadas;  
MLSTP- Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe;  
MPD- Movimento para a Democracia;  
MPLA- Movimento de Libertação de Angola;  
OUA- Organização da Unidade África;  
PAIGC- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde;  
PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde;  
PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;  
UCID - União Cabo Verdiana Independente e Democrática;  
UNITA- União Nacional para Independência Total de Angola,  
URSS- União Soviética.

-

## INTRODUÇÃO

Cabo Verde, desde a sua formação como Estado, vem desenvolvendo uma ação diplomática visando a sua inserção no sistema internacional, de uma forma dinâmica, dada as relações de interdependência do sistema. A coerência dos princípios e o pragmatismo com a qual a política externa cabo-verdiana vem sustentando contribuiu e continua contribuindo para uma inserção estratégica em múltiplos e/ou contrastantes espaços de cooperação e integração regionais e também para a busca de soluções institucionais susceptíveis de contornar as vulnerabilidades exclusivas dos países insulares, como é o caso de Cabo Verde e alavancar o processo desenvolvimento do país.

A política externa de Cabo Verde desde cedo se mostrou um tanto madura, coesa e pragmática, procurando atender aos interesses do país, buscando obter uma visibilidade não só no continente africano como da comunidade internacional. Apesar do seu tamanho e da sua realidade nacional (sem recursos naturais, secas prolongadas, levando à um estado de pobreza e miséria e de epidemias), conseguiu formular uma política externa considerada por muitos, dinâmica, audaciosa, pacífica e soube aproveitar as oportunidades/ brechas que o cenário internacional tinha.

No período da formulação da política externa (1975), o mundo vivia em plena Guerra Fria, onde as duas superpotências- Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética (URSS) lutavam por expansão territorial por motivos de ordem econômicos, políticos e principalmente ideológico, o que possibilitou que muitos países encontrassem oportunidades de captar recursos para o seu desenvolvimento.

A postura de Cabo Verde, mostrando a sua habilidade e uma compreensão do sistema que o rodeava se mantendo neutro, isto é, uma posição de não alinhado com nenhum dos blocos, conseguiu obter ajuda, apoio e/ou cooperação de ambos os blocos (EUA e URSS) e não só, em prol do seu desenvolvimento nacional.

Importa salientar que desde a independência (1975) conquistada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), apesar das variações e mudanças da política nacional, se pode considerar que a política externa se mostrou linear, tentando manter sempre suas diretrizes constantes, usando sempre da diplomacia para e nas negociações

internacionais assim como para cooperação, mesmo quando se deu a transição política em 1990/91.

Entretanto, para entender como funcionou a política externa do período de 1975-1990 se faz necessário uma análise da história não só da política externa em si, mas da história geral de Cabo Verde, sem deixar de abordar o processo da descolonização portuguesa, a luta de libertação nacional dos países africanos colonizados por Portugal, mais especificamente, a luta armada da Guiné Bissau e Cabo Verde e a realidade interna que o país se encontrava na altura. Estes são fatos importantes e de bases para o entendimento e compreensão da condução e atuação da política externa cabo-verdiana.

O objetivo é analisar a política externa de Cabo Verde, no período compreendido entre 1975 a 1991, que foi um dos períodos mais marcantes da sua história. No período em estudo, Cabo Verde se encontrava no meio do “fogo cruzado” entre a URSS e os EUA, o conflito na sub-região africana (Angola versus África do Sul), tinha que lidar com a sua realidade interna que por sinal, muito pobre, e os governantes ainda tinham a árdua tarefa de fazer com que o país ganhasse credibilidade internacional num momento em que um país como Cabo Verde, nada tinha, para chamar a atenção de qualquer outro país. Busca-se estudar, perante todo este cenário, como a política externa soube tirar proveito do seu contexto geopolítico? Como conseguiu captar recursos e obter parcerias internacionais? Como que o próprio ambiente internacional do período em estudo (1975-1991), teria proporcionado à Cabo Verde um ganho político-econômico e maior projeção internacional? E como conseguiu a tão desejada credibilidade e visibilidade internacional.

Para cumprir este objetivo, o trabalho foi dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo, se apresenta uma contextualização breve da história de Cabo Verde, se descreve como foi processo de descolonização portuguesa, a criação do PAIGC, que mais tarde veio a ser PAICV, com a ruptura de relações entre Cabo Verde e Guiné Bissau, as ideologias e a luta travada por Amílcar Cabral e os dirigentes do partido que unia Cabo Verde e Guiné Bissau como foram os primeiros anos após a independência e o regime que vigorou durante o período de 1975 a 1990, entre outros aspetos.

O segundo capítulo analisa de fato, a política externa de Cabo Verde. Se vai considerar duas fases ou momentos de impacto da atuação da política externa, o primeiro de 1975 até 1980 e o segundo de 1980 a 1990, em que se dá o período de transição política e o início da

implementação da democracia no país (1991). No decorrer do capítulo, vai ser abordado o quadro histórico e a configuração da política externa, a política de não alinhamento com nenhum bloco da Guerra Fria (EUA ou URSS), o estabelecimento das relações com o continente africano e as ações diplomáticas para a expansão e alargamento do espaço de cooperação.

Este trabalho vai ser estruturado sob o argumento central que é, apesar das limitações internas que o país apresentava, além da sua pequenez, Cabo Verde, soube interpretar a conjuntura internacional (Guerra Fria) de forma madura, e inteligente, e mesmo estando perante dois “gigantes” (EUA e a URSS) optou por uma posição de não alinhamento com nenhum dos lados, o que lhe trouxe ganhos e recursos de ambos as potências, além, apesar da sua aparente fragilidade, se manteve firme nos seus princípios procurando atender a priori aos interesses do país.

A relevância deste trabalho se deve ao fato de que traz uma análise de um contexto específico e peculiar, de um país formado por um conjunto de ilhas, com uma dimensão de 4.033 km<sup>2</sup> e uma população de quase 500mil habitantes, além de características particulares como insularidade, escassez de recursos naturais, secas prolongadas, epidemias e outros males e aparentemente sem capacidade de exercer alguma influência no cenário continental (África) e/ou internacional, isto é, uma realidade que tinha tudo para ser uma nação pobre, quase que incapaz de ter uma estrutura de um Estado autónomo e soberano, se mostrou, pelo contrário, ter capacidades maiores que o seu tamanho, conseguiu ser um país com uma nação unificada, pacifica um governo bem estruturado e um Estado soberano.

Ainda defendendo a relevância deste estudo, colocando esta análise num quadro teórico casos como a de Cabo Verde, ganham importância, quando se leva em conta que a literatura assim como as teorias das relações internacionais, adquiriram pontos de vistas e construções teóricas diferentes e mais amplas das do “*main stream*”, levando a um quadro analítico em que pequenos Estados começam a fazer parte e beneficiam dos novos desenvolvimentos teóricos como, por exemplo, o Construtivismo Social (normas internacionais, processos identitários e ideias), o Neorrealismo (o exercício do poder e a ação dos Estados assente no equilíbrio de poder), Neoliberalismo (foco nas instituições e nos indivíduos) e a Teoria Crítica (fatores ideacionais: ideologia e discurso, permite compreender as decisões políticas como resultado de um processo de construção social) (COSTA & PINTO, 2014, p 174), ou ainda da Teoria da Interdependência complexa, defendida por

autores como Robert Keohane e Josel Nye (o Estado deixa de ser o único ator internacional, a defesa da cooperação multilateral, emergência de novos atores assim como a alteração do equilíbrio de poder e um jogo de soma positivo) permitindo que estes pequenos Estados, ganhem espaço e visibilidade no palco internacional.

A política externa de Estados pequenos e insulares tende a ser executada de forma a priorizar e salvaguardar os seus interesses e benefícios tangíveis como ajuda para o desenvolvimento, cooperações para áreas como a saúde, educação, assistência militar entre outros, e preocupar menos com a obtenção de influência na política internacional, como por exemplo, a promoção da democracia ou livre comércio.

A sobrevivência de pequenos Estados insulares depende da efetivação de uma diplomacia pragmática e ancorada em princípios globalmente partilhados, para conseguir inserir num sistema internacional interdependente e em constante mudança. Assim, Cabo Verde, se insere neste quadro teórico, em que a sua sobrevivência e afirmação internacional, num sistema interdependente, depende de uma diplomacia pragmática, perspicaz, astuta e ancorada nos princípios globalmente partilhados.

Uma outra razão para que se faça estudos de casos assim, e em relação à Cabo Verde, é uma característica bem específica, é a sua diáspora, que é fator importante no estabelecimento e manutenção de parceiros internacionais.

Na sua condição de país insular e a inexistência de recursos naturais contribuíam para a intensificação de vagas de emigração para o “Mundo Ocidental” (Europa e EUA). “A diáspora tem sido uma das dimensões estruturantes da política externa cabo-verdiana (...) o arquipélago tem procurado intensificar as suas relações político-diplomáticas com contextos sociais nos quais a comunidade cabo-verdiana se revele particularmente expressiva” (COSTA, 2012 p 253). Foi um dos motivos que levou ao estabelecimento de representações diplomáticas e consulares com algumas das principais potências do mundo. Pois, umas das preocupações dos governantes era de proteger os interesses nacionais no estrangeiro, principalmente onde a concentração de emigração tinha mais premência. Afinal, os principais parceiros para o desenvolvimento e doadores externos são aqueles onde há uma concentração grande de emigrantes cabo-verdianos.

Este trabalho se baseia em análise de documentos oficiais e nas literaturas cabo-verdianas e as estrangeiras, nos trabalhos que estão relacionados com o tema, assim como entrevistas dirigidas a entidades que marcaram a história da política externa cabo-verdiana. As perguntas das entrevistas foram enviadas por e-mail, visto que os entrevistados se encontravam em Cabo Verde.

## 1. PANORAMA GERAL DE CABO VERDE

Cabo Verde ou República de Cabo Verde, como é chamado oficialmente, é um arquipélago de origem vulcânica formado por dez (10) ilhas insulares, sendo nove (9) habitadas, situado no oceano Atlântico, a 455 km a oeste da costa ocidental africana, mais precisamente, a oeste de Dakar, no Senegal. As ilhas estão divididas em dois grupos, em função dos ventos: o grupo Barlavento, constituído por Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (que não é habitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista, e o grupo de Sotavento, constituído por Maio, Santiago, Fogo e Brava, sendo que a capital do país - Praia- fica na ilha de Santiago, na cidade da Praia. Tem uma superfície aproximada de 4.033km<sup>2</sup>, com um clima que contrasta entre duas estações, a das “águas”, época mais quente do ano (agosto a novembro), e das “brisas”, época mais seca e fresca do ano (dezembro a junho). Cada ilha tem a sua individualidade física, histórica e demográfica.



**Figura 1.1: Arquipélago de Cabo Verde**

Fonte: Plano Nacional de Ação de Educação para Todos (P N A – E P T), Republica de Cabo Verde, Ministério da Educação e Valorização dos Recursos dos Humanos. Praia, 25 de outubro de 2002

Cabo Verde faz parte do grupo chamado Macaronésia, que engloba os arquipélagos dos Açores e da Madeira, as ilhas Canárias e as ilhas selvagens, que também são de origem vulcânica.

A população de Cabo Verde, segundo o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE), é de 491,8 mil habitantes, registrado no censo de 2010, sendo a ilha de Santiago, a mais populosa.

A realidade econômica do país ainda é muito dependente do exterior, isto é, de transferências externas e da cooperação internacional. É uma economia terceirizada, em que os serviços, incluindo o turismo, representam 75% do PIB, e a base produtiva da indústria ainda é pouco desenvolvida, principalmente nos setores dos têxteis, dos calçados e das pescas<sup>1</sup>. Segundo o relatório do Banco de Cabo Verde (BCV) de 2013, o PIB cresceu, em termos reais, em torno de 0,5% e o relatório do FMI de 2013, indica que, segundo os dados oficiais referentes a 2010, o PIB de Cabo Verde estaria estimado em torno de US\$1.526,81 milhões. A atual moeda de Cabo Verde é o Escudo de Cabo Verde (ECV), a antiga moeda portuguesa (R\$1,00=35,68ECV).

Cabo Verde é um país independente desde 05 de julho de 1975, tem o português como língua oficial (língua política, administrativa e educativa) e o crioulo como língua nativo/materna e a mais falada, sendo que, cada uma das nove (9) ilhas fala o seu próprio dialeto ou variantes do crioulo. O crioulo, segundo o autor Semedo (2006), era tido primeiramente como o negro nascido na América ao contrário do negro vindo da África. Aqui se identifica o crioulo, em termos linguísticos, definida como instrumento de articulação resultante do cruzamento entre dois ou mais idiomas, isto é, entre o europeu e outro ou outros que não são europeus.

Cabo Verde é um Estado de Direito Democrático, segundo a Constituição da República de Cabo Verde de 1992. A Constituição marca uma mudança na condução do Estado e da vida social cabo-verdiana, depois que houve uma revisão da Constituição de 1980 e o regime de partido único foi abolido e implementou o Estado como conhecemos hoje. Um Estado de Direito Democrático assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais. A Constituição cabo-verdiana entrou em vigor em 25 de setembro de 1992.

Por Estado de Direito se entende como a “conformação da vida social e do Estado com base nos meios e padrões do direito enquanto um médium específico de ordenação” (LIMA, 2007 p 13). Este Estado tem a função de limitar o poder e garantir a atuação do Estado, garantindo a dignidade da pessoa humana, a liberdade e a justiça. E é democrático no sentido em que se baseia num arranjo, utilizando do conceito de Shumpeter, um arranjo institucional

---

<sup>1</sup> Dados do Banco Espírito Santo BES. Disponível em: <https://www.bes.pt/SITEBES/cms.aspx?plg=2c25ac1e-c62d-42dd-aed6-73ce4cf09336> . Acesso em 06 de Agosto de 2014.



necessário para chegar a decisões políticas no qual algumas pessoas alcançam o poder de decidir através de uma competição destinada a obter voto popular.

A forma de Governo do país é semiparlamentarista, em que o chefe de governo é também o chefe de Estado, eleito de cinco em cinco anos. O parlamento é unicameral, com a representação dos principais partidos políticos: o Movimento para a Democracia (MPD), o Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV) e a União Cabo Verdiana Independente e Democrática (UCID).

Cabo Verde é um Estado unitário, republicano, constituído por 23 municípios, e cada ilha corresponde pelo menos a um município. Os municípios elegem uma Assembleia Municipal e uma Câmara Municipal, em que a Câmara é dirigida por um Presidente, denominado Presidente da Câmara Municipal.

Os órgãos constitucionais são: o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo, dirigido pelo Primeiro Ministro, os tribunais e os órgãos do Poder Local. Órgãos políticos como o Presidente da República, a Assembleia Nacional e as Câmaras municipais são eleitos por sufrágio universal, periódico, direto e secreto.

Atualmente, o Presidente da República, é o excelentíssimo senhor Jorge Carlos Fonseca, que pertence ao partido do Movimento para a Democracia (MPD), sendo seu primeiro mandato como Presidente e o Primeiro Ministro, é o excelentíssimo senhor José Maria Neves, pertencente ao PAICV e ocupa o cargo desde 2001.

Apesar da conjuntura principalmente econômica do país, segundo World Bank, Doing Business 2014 (DB 2014), entre 189 economias analisadas, Cabo Verde está no ranking 121, 2ª melhor classificada na África Central e Ocidental. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo as Nações Unidas, coloca Cabo Verde no primeiro plano entre os países posicionados na classe “desenvolvimento humano médio”, em 2012, e era o sexto país melhor classificado da África Subsaariana (Banco Espírito Santo- BES, 2013). Já no índice Ibrahim de Governança africana (IIAG)<sup>2</sup>, Cabo Verde está em 3º lugar entre os 52 países africanos

---

<sup>2</sup> Índice de Ibrahim,- estabelecido em 2007, pela Fundação Mo Ibrahim. Fornece uma avaliação anual de governança dos países africanos. Disponível em: <http://www.moibrahimfoundation.org/iiag/> Inicialmente produzido em associação com a Universidade de Harvard; assistência técnica e académica. Posteriormente teve apoio de uma série de académicos africanos e organismos de investigação. Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/Ibrahim\\_Index\\_of\\_African\\_Governance](http://en.wikipedia.org/wiki/Ibrahim_Index_of_African_Governance).

analisados, sendo apenas ultrapassado pelas Maurícias e pelo Botswana. (Banco Espírito Santo- BES, 2013).

## **1.1. HISTÓRIA DE CABO VERDE**

Cabo Verde foi descoberto pelos portugueses em 1640, durante as expedições portuguesas para a Índia. Foi povoado em 1642, fazendo parte do comércio de escravos, e se transformou num ponto geoestratégico para o tráfico de escravos entre Portugal, África e o Brasil. Por isso, a população se constituiria dos negros escravos vindos principalmente da costa ocidental africana, e dos portugueses. A população nativa é considerada mestiça, devido ao processo de miscigenação (entre o escravo e o português/branco), favorecendo também a homogeneidade étnica e cultural do povo cabo-verdiano e o nascimento de uma língua comum- o crioulo.

A identidade, esta entendida como: “maneira como os indivíduos e os grupos se reveem e se definem nas suas semelhanças e diferenças relativamente à outros indivíduos e grupos”( PEROTTI, 1997 apud SEMEDO, 2006), cabo-verdiana foi forjada ainda muito cedo.

Tanto o processo de povoamento como a sua manutenção foram fulcrais para a forma como cada ilha acabou se estruturando socialmente e economicamente, variando tanto em termos do tipo de atividade desenvolvida (agricultura, pecuária, indústria salineira) como a forma de organização social, que correspondiam muito às atividades, e também a forma de ocupação eclesiástica, ou seja, a Igreja teve uma enorme influência na formação social, essencialmente em São Nicolau. Em Santiago, onde se tinha o sistema de donatários e foi a ilha com a maior ocupação escrava e por isso agregou mais os aspectos tantos físicos como culturais oriundas do continente.

Mas no geral, a forma de povoamento das ilhas levou ao processo de miscigenação, e o mestiço que seria fruto desse cruzamento de povos (europeus e africanos), que se confrontava entre as diferenças culturais foi capaz de criar sua própria cultura e identidade - a cultura crioula/cabo-verdiana - que se caracterizava pelo sentimento de diferença, isto é, não era nem europeu nem africano (não era de nenhuma etnia africana), mas era cabo-verdiano. A identidade e a especificidade da cultura proveniente desse cruzamento são particularmente

visíveis na língua cabo-verdiana (o crioulo, tida como língua materna e de comunicação entre todos os cabo-verdianos) e na manifestação cultural popular (literatura oral, música, festas tradicionais e a culinária).

Todo este processo de identidade e formação da Nação cabo-verdiana, também se deve a existência de uma elite letrada, que graças ao estabelecimento da instrução pública desde cedo e a sua expansão e outras práticas sócio-educativas como, saraus de literatura, hábitos de leitura, possibilitou o processo de construção da identidade nacional.

Cabo Verde é um Estado/país, que antes mesmo de se erguer como uma nação independente, ou seja, ainda colônia, já havia o sentimento uniforme de pertencer a uma terra, de ter uma identidade cultural própria, com uma língua comum e um patrimônio de costumes e tradições que foram e são cultivadas e mantidas inclusive nas comunidades cabo-verdianas no exterior (a diáspora cabo-verdiana).

## **1.2. PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA**

O surgimento da maioria dos movimentos de independência dos povos africanos começou na década de 50. Até essa época, Cabo Verde tinha o status de território ultramarino de Portugal.

Importa percorrer um pouco sobre o quadro geral da descolonização na África, ou melhor, dizendo, das colônias portuguesas, para compreender como se inseriu Cabo Verde, neste quadro.

O processo de descolonização inicia-se muito por conta da Segunda Guerra Mundial, pois, as consequências deste evento afetaram de forma direta ou indireta as regiões colonizadas, levou a emergência de duas superpotências em conflito - os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética (URSS) - que reivindicavam princípios anticolonialistas e também, mudanças a nível político e ideológico na nova estrutura internacional que se configurava. Devido à Guerra, as potências coloniais estavam muito abaladas, em declínio e passando por crises econômicas, somando ainda, a criação das Organizações das Nações Unidas (ONU) - em 1945, que viria dar suporte para o processo da descolonização e das lutas

de libertação nacional que emergiam nos países africanos. O sistema colonial já não encontrava espaço na nova ordem mundial.

A descolonização, entendida como queda dos impérios das potências europeias foi um processo de transição em que prevaleceram, ora os elementos de continuidade ora os elementos de ruptura, (MOITA, 1985). A primeira, quando a metrópole mantinha uma forte relação de poder com os territórios, sejam por meios econômicos, sejam por meios militares e/ou políticos, mesmo à distância. O segundo seria quando esses elementos (políticos, econômicos e/ou militares) eram totalmente rompidos com as estruturas da dominação colonial.

Como exemplo do segundo aspeto, Portugal foi um dos casos onde prevaleceram os fatores de ruptura, ou seja, foi muito pouco o espaço de manobra ou influência da metrópole em relação ao novo processo pelo qual os países independentes estavam atravessando. Isto se deve também, muito pelo fato, não só de ter havido uma luta armada nos territórios, mas como essa luta teve um caráter popular, que proporcionou a ruptura de vínculos com a metrópole, de natureza política, ideológica, militar e econômica. Por isso, foi melhor para Portugal, tanto pela conjuntura interna do país como o contexto interno dos países africanos, até para proteger seus interesses, estabelecer bases para futuras relações de “amizade” e/ou cooperação.

O processo de descolonização portuguesa na África pode ser analisado por dois pontos de vista: do ponto de vista dos africanos - onde se fala sobre o nacionalismo e da luta de libertação - e do ponto de vista dos portugueses- onde se pode falar da descolonização em si.

Do ponto de vista de Portugal, havia uma resistência da metrópole em não abrir mão das colônias, pois, a questão colonial muito se identificava com o regime (a ditadura de Salazar e de Marcelo Caetano), ou seja, somente com a queda do regime seria possível resolver a questão colonial. E, por outra perspectiva, a resistência provinha da ideia de um nacionalismo português, de uma consciência de vulnerabilidade do poder da metrópole, que levava à tendência em privilegiar o controle desses territórios africanos, seja por meios administrativos, seja por meio da força.

Ainda tinha questões de âmbito internacional que despertavam em Portugal um sentimento de indignação, desprestígio e isolamento em relação aos outros países europeus,

principalmente a Grã-Bretanha. Foram elas: a Conferência de Berlim de 1884-1885; o Ultimatum inglês, o acordo anglo-alemão de 1898 (que previa a partilha de Angola e Moçambique entre os países signatários (Inglaterra e Alemanha), embora, no ano seguinte o Tratado de Windsor<sup>3</sup> tenha garantido a presença portuguesa nessa região), que levou Portugal a adotar uma postura de resistência em relação à descolonização (HERNANDEZ, 2008).

Na Conferência de Berlim (com participação da Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Portugal, Suécia, Áustria-Hungria e o Império Otomano) ficava acordada a ocupação da África pelas colônias europeias resultando numa divisão que não respeitou a história, as relações étnicas ou mesmo os familiares dos povos do Continente. Portugal apresentou seu famoso projeto: o mapa cor-de-rosa, que consistia na unificação de Angola e Moçambique, facilitando o comércio entre as duas colônias, ainda pelo fato de que, com o reconhecimento da independência do Brasil (1825), o tráfico de escravos ilegal, havia sofrido uma forte contração econômica entre outras consequências e pretendia construir um novo “Brasil” na África, acreditando que este projeto lhe traria o prestígio que vinha perdendo e recursos para solução da sua crise financeira e política.

A configuração do mapa, no entanto, apanhava a parte do baixo Congo e quase toda a Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e a Rodésia do Sul (atual Zimbábue). Apesar da maioria dos países participantes terem concordado com o projeto, a Inglaterra, apesar da suposta aliança com Portugal, apresentou seu conhecido Ultimatum britânico (1890), com ameaça até de guerra contra Portugal, caso este não desistisse do projeto e Portugal com receio de uma crise, a solução foi mesmo de desistir do seu projeto.

Outra característica da Conferência foi a resolução de que os países com colônias em África teriam de efetuar a ocupação efetiva se quisessem manter suas colônias. Para Portugal, isto significou a transição do sistema administrativo militar para a administração civil, fazendo com que a ocupação fosse constante e contínua de forma a fortalecer a soberania portuguesa.

---

<sup>3</sup> Tratado de Windsor: foi estabelecido entre Portugal e a Inglaterra. É a aliança diplomática mais antiga no mundo. Assinada em 09 de Maio de 1386. Caráter defensivo, por salvaguardar os interesses de ambas as partes e ofensivo, porque visa uma colaboração entre os signatários, contra outros que ameaçassem um deles. Disponível em: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$tratado-de-windsor-1386](http://www.infopedia.pt/$tratado-de-windsor-1386)>.

Estes fatores levaram a uma indignação e revolta por parte de Portugal e a leva cada vez mais a uma postura de resistência e manutenção da sua política colonial. Havia o fato também de que, desde a consolidação do Estado soberano português foi constituído entre outros fatores, sob um pensamento baseado em mitos contidos no nacionalismo, ou seja, num imaginário que contemplava a ideia de uma nação como sendo o “povo de Cristo”. Esta noção era fundada no sentimento de isolamento e fragilidade em relação à Europa e baseada nos mitos do “El dourado” e da “herança sagrada”. (HERNANDEZ, 2008).

O primeiro, justificando as navegações para a África, era baseado na crença da existência de riquezas, do projeto colonial compensando a perda do Brasil e essencial para regenerar a nação portuguesa e na ideia de que manteria assim, a sua integridade e unidade nacional. O segundo mito era de que, sendo o “povo de Cristo”, o principal papel era de descobridor e colonizador. (HERNANDEZ, 2008).

Outros autores, no entanto, consideram esta persistência do sistema luso pela capacidade dos portugueses de entenderem as populações nativas das colônias e a facilidade de relacionarem com as mesmas. Ou que havia um mito imperial, que se constituía pela ideia de que Portugal tinha uma dupla vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar, sendo este ato um fardo sumamente português. Essa essência, de colonizar e evangelizar, iria legitimar a concepção de nação-raça lusitana, pluricontinental e plurirracial, tão presente nos discursos do salazarismo.

A persistência de Portugal deu origem a um sistema colonial português que Perry Anderson chamou de ultracolonialismo, por este ser uma modalidade de colonialismo mais primitiva e mais extremista (ANDERSON, 1966). Isto é, a manutenção do sistema colonial pela violência/ poder militar.

Entretanto, a partir da década de 50, no caso das colônias portuguesas, os movimentos começaram na própria metrópole. Dentro da sociedade portuguesa, a oposição contra o regime salazarista, contra intransigência do regime em relação à política colonial foi ganhando uma dimensão generalizada e o despertar de um sentimento anticolonialista e de repúdio ao sistema pelos estudantes africanos das então colônias portuguesas que se encontravam na metrópole. Formaram grupos de discussão sobre a realidade dos seus países- Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau; Moçambique e São Tomé e Príncipe. Criaram o movimento estudantil, que percorreu universidades e liceus, até instâncias religiosas,

politizando a luta contra o sistema colonial, criando redes de contato entre eles e os movimentos de libertação nacional que emergiam nas colônias, denunciando os crimes praticados e defendendo a afirmação dos direitos à independência e a autonomia política.

Complementando, houve ainda o despertar da consciência por parte dos próprios militares portugueses da necessidade de uma solução política dada ao impasse militar. E todos estes fatores fizeram com que, em 25 de Abril de 1974, o regime salazarista entrasse em declínio, ou seja, o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, derrubou a ditadura salazarista, implementando a democracia e abrindo as portas ao processo de descolonização das colônias portuguesas.

Do ponto de vista dos africanos- dos movimentos nacionais de libertação, o objetivo era de atingir a independência pela luta armada e aproveitar que Portugal estava “fraco”, no sentido de que lidava também com as revoltas sociais contra o regime ditatorial e o sistema colonial, negociar sem dar tempo nem espaço de recompor.

A descolonização portuguesa não foi uma ação unilateral ou uma conciliação multilateral, mas de uma sucessão de acordos bilaterais realizados entre Portugal e os Estados africanos emergentes, mas que, no entanto, houve a necessidade de uma luta armada para que os acordos fossem realizados com sucesso e que de fato houvesse um processo de transição.

Nos períodos de 74-75, o reconhecimento das independências das colônias foi inevitável, necessária, inadiável e até obrigatória à luz do direito da comunidade internacional e militarmente aconselhável, o que levou às decisões políticas consequentes (MOITA, 1985). Até porque este sistema já não era de interesse nem econômico nem político para a comunidade internacional.

A partir da década de 50, com os movimentos de libertação das colônias portuguesa, muitos estudantes universitários em Portugal, oriundos das colônias, fundaram seus movimentos de libertação nacional e voltaram às suas origens/ terra natal. Em Angola o MPLA (Movimento de Libertação de Angola), a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), em Moçambique, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e em São Tomé e Príncipe, o MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe). Cabo Verde se une à Guiné Bissau sob o

mesmo líder- Amílcar Cabral e formam o PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e de Cabo Verde).

Se pode dizer que o 25 de Abril marca uma mudança histórica tanto para Portugal como para a “África portuguesa”, sendo estas mudanças impulsionadas pelas lutas colônias em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que levaram ao colapso do regime salazarista. Entretanto, as lutas de libertação nacional não foram idênticas em todos os territórios. Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe não havia condições para uma luta armada, em Angola, o movimento nacionalista estava em desvantagem devido à existência de organizações rivais e às divisões internas e clivagens políticas e em Moçambique, a FRELINO enfrentava conflitos internos e disputava o controlo do território com os portugueses.

Ironicamente, foi a partir da Guiné-Bissau, a colônia menos importante em termos económicos e estratégicos, de onde saíram os golpes fatais para o fim do sistema colonial português. Somente na Guiné Bissau, o regime enfrentava uma derrota iminente tanto em termos políticos, diplomáticos como militar. Isto se deve aos aspetos históricos e geográficos como: a hostilidade do clima e do ambiente; a falta de recursos e a resistência das populações nativas além de que, a maior parte do interior era inacessível aos portugueses o que, em contrapartida era ótima para a guerra da guerrilha, a independência da Guiné Conacri (1958) e do Senegal (1960), possibilitaram ao PAIGC um refúgio seguro além de serem importantes bases militar e de fornecimento de mantimentos para o movimento. Um aspeto importante neste país foi que, as contradições étnicas, de classes ou tribais não eram tão pronunciadas como foi em Angola e Moçambique e por isso o movimento conseguiu abafar este aspecto, insistindo somente de que era o povo guineense e cabo-verdiano lutando para a sua libertação nacional.

As ações políticas, militares e diplomáticos do PAIGC, tinham deixado o regime salazarista numa posição sem saída, ou seja, o processo de descolonização iria acontecer de qualquer jeito e o próprio regime de Portugal já não daria conta de reverter a situação. No processo revolucionário desencadeado pelo golpe militar em Portugal (25 de Abril), o PAIGC teve um papel muito importante, porque pressionava o Governo português que se ergueu, a reconhecer o direito dos povos à autodeterminação e a independência total.

O PAIGC teve um destaque que provavelmente ninguém esperava, nem os próprios dirigentes do partido. O fator, confraternização/entendimento entre os guerrilheiros do PAIGC



e os soldados das forças armadas portuguesas, a seguir o 25 de Abril e a tomada de posição dos oficiais do Movimento das Forças Armadas (MFA) em Bissau (01 de julho de 1974), exigindo a transferência imediata do poder para o PAIGC elucidam a grande força moral e política das ideias de Amílcar Cabral e a natureza singular do processo português.

O PAIGC assumiu uma posição “hegemônica” em relação aos outros e por isso, não deu espaços para confrontos quer de natureza ideológica quer de natureza política, entre os movimentos, assim como também não houve dispersão de força, tornando mais fácil perseguir o ideal de independência. Pois, todos os movimentos que surgiram na época de reivindicações, como a Frente de Libertação da Guiné e de Cabo Verde (FLGCV), o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV), o Movimento de Libertação da Guiné Bissau (MLG), a União das Populações da Guiné (UPG), a Reunião Democrática Africana da Guiné Portuguesa (RDAG) e a União Popular de Libertação da Guiné Portuguesa (UPLG) acabaram se fundindo no único partido/ movimento, o PAIGC.

Uma característica que também deu ao PAIGC este destaque como movimento de libertação nacional foi pela sua organização política e de sua liderança, esta é toda atribuída ao seu fundador Amílcar Cabral, que uma vez disse:

“o povo não combate por ideias, por coisas que apenas existem na cabeça dos indivíduos. O povo luta e aceita fazer os sacrifícios necessários. Mas fazem-no para obter vantagens materiais, para viver em paz e melhorar as suas vidas, para sentir progresso e para poder garantir um futuro aos seus filhos” (WOOLLACOT, 1983).

Importa discursar um pouco sobre a visão de Amílcar Cabral, que foi crucial para a condução do partido e da luta armada. Cabral tinha uma visão própria do mundo, e apesar de uma forte tendência marxista, ele sempre manteve uma postura de equidistância entre os blocos ideológicos e agregar o máximo de ganhos em seu favor para alcançar os objetivos desejados. Ele sempre tentou manter relações com a ex. União Soviética (URSS), a China, Cuba, Suécia, Alemanha (RDA) e outros países da Europa, Estados Unidos da América (EUA), mas nem por isso era comunista, marxista, socialista ou capitalista. O que ele fazia era, jogar com as possibilidades que tinha e adquirir o máximo de cooperação, ajuda e/ou apoio dos países, sejam elas de natureza bélica ou humanitária, quer da Europa, quer da Ásia, das Américas ou do Caribe.

Assim sendo, o próprio PAIGC não assumia de fato uma ideologia, pelo contrário, havia uma heterogeneidade ideológica, o que pode explicar mais tarde, o assassinato de Cabral e os destinos que cada governo tomou pós a independência.

A postura deste líder causava muito estranhamento por parte de jornalistas e líderes dos partidos revolucionários, porque Cabral não se comprometia com nenhum bloco ideológico, mas criticava os líderes africanos por não terem uma ideologia e que isso não possibilitaria resultados positivos quer na condução de uma luta, quer na construção e condução do país para o desenvolvimento. Não ter uma ideologia para Cabral era, na medida em que os líderes africanos alçavam o poder, não tinham uma visão própria do mundo/realidade, uma concepção própria de um projeto de desenvolvimento nacional, e agiam a partir de conceitos importados do ocidente (EUA, Europa) que pouco tinha a ver com a sua história e com a realidade que se desenhava ao seu redor, isto porque estavam mais preocupados somente em alcançar e se manter no poder. Ter uma ideologia era: “saber o que se queria em determinadas condições da nossa luta ou da nossa vida” (LOPES, 2012).

Amílcar Cabral, fundou o partido, PAIGC sob o lema “Unidade e Luta”, pois, lutava não só para a independência como para a união dos povos colonizados, principalmente das colônias que representava.

A “Unidade” porque era necessário ter um único conjunto para concretizar certo objetivo e neste contexto de luta e descolonização, essa unidade surgia da necessidade de sair do jugo colonial português. Não foi tão árdua essa tarefa de ter uma unidade, porque a própria conjuntura possibilitava tal uniformidade. Levando em conta, que durante a dominação portuguesa, a sociedade tanto da Guiné- Bissau, como em Cabo Verde, as situações eram muito parecidas, quer dentro do território (na Guiné e em Cabo Verde) como entre os territórios (Guiné e Cabo Verde), não havia espaço para formação de vários partidos para objetivos diferentes, daí também, a possibilidade da consagração do PAIGC como um partido hegemônico e de representação binacional, pois os objetivos convergiam em somente querer a libertação nacional de ambos os países.

A “Luta” era entendida como a emergência de uma nova força que se opõe à força colonialista e na prática, se essa força consegue vencer a força colonial. Mas Cabral deixa claro que sempre vai haver luta para alcançar um objetivo e para isso era preciso entender que

a luta acontece porque há uma unidade mas para ter essa unidade é preciso luta, isto é, a luta se dá em dois sentidos:

“O significado da nossa luta, não é só em relação ao colonialismo, é também em relação a nós mesmos. Unidade e luta. Unidade para lutarmos contra o colonialista e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser.” (CABRAL, 1978: 8).

O plano do PAIGC foi de mobilização, consciencialização do povo com o objetivo de explicar e esclarecer sobre a luta e a organização das forças, porque Cabral tinha a preocupação em obter o apoio de todas as classes, de conhecer suas necessidades e assim, pela propaganda política procurou resumir aquilo que o povo almejava e dessa forma conseguir para o partido, o apoio e simpatia para sustentar a rebelião.

Cabral acreditava que Cabo Verde e Guiné-Bissau, isolados não teriam essa força e unidade, que tiveram juntos, pois, pelas contradições que existem nesses territórios, ficaria mais difícil conseguir uma unidade, na medida que estas contradições (ideológicas, económicas e sociais, esta última não tanto) localmente sobressaíam muito mais. Segundo ele, até onde se sabe, nenhum movimento guineense, sozinho deu certo e nenhum movimento em Cabo Verde teve sucesso. E por questões históricas, geográficas e mesmo por sangue, o ideal era a união entre Cabo Verde e Guiné-Bissau e se tornarem um, e não só, esta ideia se estendia para toda a África: “Só quem não entende nada de estratégia é que pode pensar que esta África pode ser independente, com Cabo Verde ocupado pelos colonialistas” (CABRAL, 197, p 19). Ou seja, não só Guiné-Bissau ou só Cabo Verde teriam que ser independentes, mas todos os países africanos teriam que ser independentes para que a África fosse de fato independente e livre de alguma dominação estrangeira.

O objetivo do PAIGC era, entre outros, a independência imediata e total da Guiné e de Cabo Verde; a unidade da Nação na Guiné e em Cabo Verde e dos povos da Guiné e de Cabo Verde; a unidade africana; o regime democrático, anticolonialista e anti-imperialista; a Independência económica; justiça e progresso para todos; política internacional própria, no interesse da Nação, da África, da paz e do progresso da humanidade. (ÉVORA, 2001).

O PAIGC já vinha, desde 1960, estudando as possibilidades de desencadear uma guerra de guerrilha, no seu espaço geográfico, regiões de difícil penetração, que garantiu ao movimento uma vantagem sobre o exército português, pois estes, não haviam explorado as

áreas mais internas do território e o próprio clima do país, que era muito rigoroso foi um fator a favor. Entretanto, a guerra da guerrilha só foi feita na Guiné-Bissau, porque as condições geográficas de Cabo Verde eram desfavoráveis, muito devido à dispersão geográfica das ilhas.

Dois eventos foram importantes para a continuação não só do PAIGC como um grupo organizado e forte como da própria luta, que foi o Congresso de Cassacá e a criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP).

O Congresso de Cassacá, realizado no interior da Guiné em Fevereiro de 1964, foi muito importante porque foi quando se definiu a ética do movimento e os dirigentes que andavam tendo comportamentos oportunistas e abusivos foram obrigados a se redimirem e corrigirem suas ações. O objetivo era não permitir que o movimento fosse dominado por tendências negativas e maliciosas que poderiam transformar em fraquezas e conduzir a um desmoronamento do partido. Teve quem apoiava a ideia de fuzilamento desses responsáveis, mas segundo Cabral: “No dia em que, para fazer luta armada, for preciso começar a matar os nossos companheiros, então é porque já não vale a pena” (LOPES, 2012).

A FARP foi criada como forma de controlar e de ditar regras de conduta às autoridades que se mostravam com intenções de se tornarem chefes de guerra.

O PAIGC tentou por várias vezes negociar com Portugal, e sempre insistia em dois pontos que deveriam ser consideradas dadas para iniciarem as negociações com o novo governo de Portugal, que era o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito à autodeterminação e à independência para o seu povo e para o povo de Cabo Verde e o reconhecimento dos mesmos direitos aos povos dos outros territórios portugueses em África, mas Portugal sempre se mostrou inflexível e intransigente. Os dirigentes do movimento, esgotadas todas as vias diplomáticas, viram que a solução seria partir para uma luta armada e assim, PAIGC, em 1963 declarava guerra contra o governo de Portugal.

A estratégia na Guiné foi dividir o território em áreas controladas por determinados responsáveis que tinham instruções sobre os tipos de ações a serem executadas, sendo puramente de guerrilha e em 1966 já anunciava o controlo de grande parte do seu território nacional. Nas áreas libertadas, o partido criou suas estruturas estatais, administrativas e comerciais possibilitando que os habitantes dessas áreas comprovassem a melhora de vida e

assim, manter a lealdade dos mesmos ao partido: “compreendiam, de maneira clara, a razão de ser da sua luta, ainda que nunca tivessem visto um colono ou um soldado português” (WOOLLACOT, 1983). E por isso, estavam dispostos a apoiar e lutar ao lado do movimento para a sua libertação.

O contexto internacional foi também de igual importância para a supremacia do PAIGC como o movimento africano de libertação nacional. A ONU apoiando a autodeterminação dos povos “(...) criticou a política portuguesa e a insistência daquele país em manter o regime colonial na África e de não reconhecer o direito à autodeterminação e à independência das suas colônias” (ÉVORA, 2001). Assim como a própria Organização da Unidade Africana (OUA) que, “(...) fez pressão para que o governo português acelerasse o processo de independência dos povos guineenses e cabo-verdianos, promovendo encontros entre os dirigentes do PAIGC e as autoridades portuguesas” (ÉVORA, 2001).

Com a pressão internacional, Portugal se viu obrigado a mudar a sua política colonial instituída pelo Ato Colonial de 1930<sup>4</sup>, transformando as colônias em províncias ultramarinas. Embora tenha mudado o conceito, na prática não se viu nenhuma mudança, pois a repressão continuou o mesmo ou mais.

Com toda esta situação, Portugal nomeia António Spínola<sup>5</sup> como governador militar de Bissau (capital da Guiné-Bissau), onde procurou estabelecer um equilíbrio militar com as guerrilhas e angariar a simpatia do povo guineense através do combate às suas carências minando assim a base política do PAIGC. Spínola preconizava: “(...) a criação de uma comunidade lusíada, uma federação de estados semiautónomos unidos por uma língua comum e por interesses económicos complementares” (WOOLLACOT, 1983). Este objetivo obviamente era defendido pelos principais grupos monopolistas e multinacionais portugueses. Por último, Spínola queria forçar o PAIGC a negociar para que se conseguisse um acordo evitando a humilhação da derrota militar.

Entretanto, os planos de Spínola eram um tanto ilusórios, pois o contexto não favorecia qualquer hipótese de uma suposta união com o PAIGC, até porque a sua própria nomeação acontecera no mesmo tempo que se deu a queda do regime de Salazar e no seu

---

<sup>4</sup> Ato Colonial - “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam” (Kradolfer, 1937).

<sup>5</sup> António Spínola - Português (1910-1996). Militar e governador da Guiné Bissau entre 1968 e 1973. Chefe de Estado de Portugal, de Abril a Setembro de 1974. (LOPES, 2012).

lugar, iniciava o processo de abertura política em Portugal por Marcelo Caetano (Chefe do governo Estado Novo).

Tanto Spínola como o PAIGC, sabiam das implicações das negociações entre eles, por isso, Caetano instruiu Spínola a cortar qualquer contato com o partido, porque qualquer conversa direta com o PAIGC reconheceria a legitimidade do movimento, o que sempre foi negado às organizações de guerrilha pelo regime e para evitar a influência nas outras colônias, onde os interesses económicos que estavam em jogo eram vitais para a metrópole, assim como o próprio futuro dessas colônias. Restava assim, somente a guerra, a luta continuaria até Portugal reconhecer a independência das então colônias e a sua autodeterminação que viria logo ao golpe de 25 de Abril de 1974, um ano após a morte de Cabral (1973).

Com o processo de democratização em Portugal, acreditava-se que era impossível implementar um sistema político democrático enquanto Portugal insistisse em manter um sistema colonial na África: “Uma nação jamais poderá ser livre enquanto escravizar outra” (WOOLLACOT, 1983). Na Guiné Bissau, acontece um entendimento entre o MFA das forças coloniais portuguesas e o exército de guerrilha do PAIGC, porque o próprio exército já não acreditava na guerra e como Amílcar Cabral defendia, não era uma guerra contra o povo português, mas contra a ditadura colonial e já não havia espaços nem para lutar nem para as resistências da metrópole, o contexto já estava consumado.

Contudo, como qualquer movimento, o PAIGC não ficou livre de conflitos internos (heterogeneidade ideológica e políticas), mas durante o processo de independência, este fator não teve muito impacto, porque todos estavam preocupados e focados no objetivo maior que era a libertação nacional e a independência, pois, Cabral sabia que era imprescindível eliminar as contradições que os portugueses criaram para dividir o povo e mantê-los em seu domínio, ou seja, suprimir qualquer possibilidade dos portugueses de explorar as contradições que pudesse haver entre Guiné- Bissau e Cabo Verde e dentro da Guiné Bissau e dentro de Cabo Verde (seu lema “Unidade e Luta”). Entretanto, quando se deparou com o momento de transição política, este fator veio à tona e provocou a desintegração e muitas das vezes, o não cumprimento de alguns princípios que antes estavam na base da criação do partido/movimento. Além das divergências ideológicas, havia no movimento, quem também discordasse do próprio programa do partido e estas posições antagônicas levaram ao assassinato de Cabral em 1973 e mais tarde à separação dos dois países.

Em relação às divergências entre os cabo-verdianos e os guineenses, foram em grande parte por diferenças socioculturais, até porque, ainda com Portugal no poder, esta sempre adotou políticas diferentes para Cabo Verde e Guiné Bissau, como por exemplo, Cabo Verde não esteve sujeito ao regime do Indigenato<sup>6</sup>. Por diferenças étnico-culturais que assumiu um caráter diferente das outras colônias, depois da Conferência de Berlim (1884), com a regra de ocupação efetiva, o que levou a uma maior transferência de portugueses para as colônias, que acabou resultando entre outros aspetos, num processo de miscigenação (mistura entre os escravos oriundos da costa africana e os portugueses). Essa miscigenação, particularmente em Cabo verde, possibilitou uma homogeneidade étnica e cultural que resultou no povo cabo-verdiano.

Essa definição de identidade foi facilitada pela evangelização pregada pelos portugueses e que permitiu “a introdução de um sistema de ensino que ia até o nível secundário, permitindo aos cabo-verdianos o acesso ao ensino, algo que não acontecia noutras colônias onde o nível de repressão era mais acentuado” (ÉVORA, 2001). Isto fez com que os cabo-verdianos tivessem “melhores oportunidades de ascensão sociocultural e passaram a ser usados pelos portugueses na administração de suas outras colônias africanas, daí a razão pela qual os cabo-verdianos eram taxados de “capatazes” dos portugueses” (ÉVORA, 2001)

Outro fator de ressentimento entre os militantes do PAIGC era o fato de que, apesar de serem em número menores que os guineenses, os cabo-verdianos ocupavam os cargos principais dentro do partido, isso se explica, como já se referiu a cima, pelo nível de escolarização mais alto do que os guineenses. O que na prática, se pode dizer que, a contribuição dos guineenses era, em termos humanos, maiores enquanto, cabia aos cabo-verdianos assegurar a direção da organização e em estabelecer as relações continentais (África) e internacionais.

É em torno de todas estas divergências e ressentimentos, que dá espaço para que haja conspirações entre os militantes do partido, que a esta altura já não era nenhuma surpresa,

---

<sup>6</sup> Regime do Indigenato - trata-se de um regime de trabalho onde se introduzia alguns elementos próprios do "ultranacionalismo" português, institucionalizando-os. Considera-se "indígena" os indivíduo de raça negra ou sua descendência, e que não tivesse “evoluído” para categoria de assimilado. (Hernandez, 2008)

como afirma Aristides Pereira<sup>7</sup>: “... até porque não foi a primeira vez que se tentou matá-lo.” (LOPES, 2012 p 157), se referindo ao Amílcar Cabral.

Cabral é assassinado em Conacri, em janeiro de 1973, pelos guineenses, como declara Aristides Pereira que estava próximo do local, ouviu os tiros e depois foi também levado pelo grupo e espancado. Na altura, ele diz: “Eu só ouvia insultos aos cabo-verdianos. “Vocês é que nos têm nesta canseira”. (LOPES, 2012), o que levou à conclusão de que se tratava dos guineenses. Os militantes guineenses acreditavam que a Guiné Bissau já teria ganhado a independência desde 1966, quando PAIGC declarou ter o domínio de mais de um terço do território guineense, se não fosse a insistência de Cabral em querer que Guiné tornasse independente junto com Cabo Verde, este que, por sua vez, Portugal não queria abrir mão e acabou atrasando a independência da Guiné Bissau.

Foi dessa unidade que Cabral acreditava que as divergências se faziam sentir com mais peso, e não era só entre os guineenses e os cabo-verdianos, mas entre os guineenses e entre os cabo-verdianos.

Antes da morte de Cabral, um dos últimos atos dele foi de anunciar que organizasse eleições para uma Assembleia Nacional Popular nas zonas libertadas. Apesar de que veio a falecer, os planos de Cabral seguiram e com as eleições, é eleito como o novo secretário-geral do partido Aristides Pereira, que por ventura era cabo-verdiano. A Assembleia proclamava unilateralmente a independência da Nova República da Guiné-Bissau (24 setembro de 1973) e depois reconhecida por cerca de 70 Estados soberanos e o PAIGC reconhecido como o único representante do povo da Guiné-Bissau pelas Nações Unidas, obrigando Portugal a retirar seu contingente militar do território.

Portugal em outras tentativas de negociação antes que pudesse reconhecer a independência, chegou a pedir um referendo nos territórios coloniais, para saber se as pessoas queriam a independência total ou eram a favor de preservar os laços com a metrópole. Isto num objetivo, de Portugal conseguir manter a dependência e salvaguardar seus interesses políticos e econômicos. Obviamente os movimentos acharam um absurdo, como afirmara Samora Machel, líder do movimento em Moçambique “... não se pergunta a um escravo se

---

<sup>7</sup> Aristides Pereira- Cabo-verdiano (Ilha da Boa Vista). Nascido a 17 de novembro de 1923. Primeiro Presidente de Cabo Verde após a independência a 05 de Julho de 1975, ex-líder do PAIGC, e companheiro de luta de Amílcar Cabral. Disponível em: <http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1187730.html>.



quer ser livre, principalmente quando o escravo já se revoltou...” (LOPES, 1996 apud ÉVORA, 2001),

Mas o PAIGC insistiu no pedido de reconhecimento da independência, pois não via nenhuma lógica em pedir uma consulta popular para decidir o futuro da Guiné-Bissau, que além de ser organizada pelos seus inimigos, já tinham eleito a Assembleia Nacional, declarado a sua independência e reconhecido como Estado soberano. Perante o fracasso de qualquer negociação quer com a metrópole quer com o exército português nas colônias, como se verifica nas palavras de Agostinho Neto<sup>8</sup>:

“Rejeitamos as conclusões do general Spínola. Nenhum movimento de libertação poderá alguma vez aceitar o projecto de federação dos territórios africanos com Portugal. Fomos colonizados desde 1482 e isso chega. Queremos a nossa independência completa. A nossa esperança reside no Povo Português, que, depois de ter sofrido durante mais de quarenta anos, deve obrigar a Junta a uma atitude democrática e realista. Combatemos o sistema, mas não lutamos contra o Povo Português” (WOOLLACOT, 1983).

A vitória do PAIGC se dava por terem conhecimento, principalmente do interior da Guiné- Bissau; o PAIGC usufruiu da ajuda fulcral de dois países independentes (Guiné Conakry e Senegal) que serviam de proteção das suas bases, para treinos de guerrilha e como meio para a entrada de armas para os soldados; a defesa da unidade entre Guiné e Cabo Verde, pois muitos cabo-verdianos foram para a Guiné lutar na guerrilha assim como fizeram uma “ofensiva diplomática, buscando apoio político-militar para a independência dos dois países, e desencadearam uma luta política forte nas ilhas” (ÉVORA, 2001), exigindo o direito à autodeterminação de ambos os povos - Guiné e Cabo Verde.

No entanto, pelas datas das independências que, apesar da união entre Cabo Verde e Guiné Bissau, somente um ano depois da Guiné Bissau, é que Cabo Verde vem conseguir a sua independência (1975). Este fato se deve primeiro, pela situação diferente de Cabo Verde em relação às outras colônias, como já foi dito, não teve uma luta armada, e por isso, não teria o reconhecimento imediato. Segundo, porque haveria rumores no governo português, que se Portugal “entregasse” as ilhas ao PAIGC, a Guiné-Bissau poderia autorizar ou facilitar a instalação de uma base em Cabo Verde pela URSS, por se mostrar com fortes tendências à

---

<sup>8</sup> António Agostinho Neto- Angolano 1922-1979. Médico. Líder do Movimento popular de libertação de Angola- MPLA. Primeiro Presidente de Angola pelo MPLA. Disponível em: [http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com\\_content&id=66&lang=en](http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=66&lang=en).

adoção da ideologia socialista. Terceiro porque um grupo do governo português acreditava que Cabo Verde teria mais a ganhar se tornando uma região autónoma, mas associada com Portugal do que como um país africano: “Cabo Verde não é na África, trata-se de um arquipélago aberto a cruzamento das culturas africanas e do Atlântico Sul...” (LOPES, 1996 apud ÉVORA, 2001) ou como defendeu Mario Soares: “... Cabo Verde tinha mais a ganhar sendo uma região autónoma, mas associada com Portugal (...). Cabo Verde não é na África, trata-se de um arquipélago aberto a cruzamento das culturas africanas e do Atlântico Sul...” (LOPES, 1996 apud ÉVORA, 2001).

Outra justificação foi que, depois do golpe de 25 de abril e a adoção do modelo democrático, Portugal relutava a reconhecer um único partido que representaria o povo cabo-verdiano visando que levaria a uma legitimação de um tipo de regime que não seria democrático. Então houve vários entraves para que fosse reconhecida a independência de Cabo Verde.

Cabo Verde ascende à independência a 05 de julho de 1975, com a confluência de dois fatores, não foram os únicos, mas com certeza foram os principais, que foram: a vitória da luta de Libertação Nacional levada a cabo pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde-PAIGC, liderado por Amílcar Cabral, fundando em 19 de setembro de 1956. O processo de independência e emancipação política de Cabo Verde assumiu um caráter binacional, ou seja: “(...) a independência de Cabo Verde só foi possível graças à luta armada desencadeada no território guineense. A contestação política desencadeada nas ilhas de Cabo Verde foi insuficiente para que Portugal reconhecesse a independência do arquipélago.” (ÉVORA, 2001). E a Revolução dos Cravos ou Revolução de 25 de abril de 1974, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas portuguesas (MFA), que também levou à queda do regime salazarista e à instauração da democracia em Portugal.

Estes dois fatores também foram importantes e estiveram na origem do Acordo para a independência de Cabo Verde, assinado em 19 de dezembro de 1974, pelas delegações do governo de Portugal e o PAIGC, nomeadamente entre Mário Soares<sup>9</sup> (representando Portugal) e Pedro Pires<sup>10</sup> (representando o PAIGC).

---

<sup>9</sup> Mário Rodrigues Soares- Português, 1922. Comerciante na região de Pirada onde acabou por funcionar como “agente” ou “espião”, nos contatos entre as autoridades portuguesas, senegaleses e o PAIGC. (LOPES, 2012).

<sup>10</sup> Pedro Pires-Cabo-verdiano 1934. Oficial miliciano na Força Aérea Portuguesa. Membro do PAIGC. Formação militar em Cuba e URSS. Comandante da Região Militar do PAIGC. Lidera a delegação do PAIGC na assinatura

O Acordo da Independência punha termo à administração portuguesa na Guiné Bissau e também declarava que Portugal reconheceria a República da Guiné-Bissau, que veio a acontecer a 10 de setembro de 1974, além de assegurar também às ilhas de Cabo Verde a sua autodeterminação e sua independência, criando as condições para a transição política em que deveria haver uma eleição aberta e popular para eleger uma Assembleia com poderes constituintes e soberanos para que fosse elaborada a Constituição.

A intenção, muito por parte do novo governo português era de estimular o aparecimento de mais forças políticas para que quando houvesse eleições democráticas, a sociedade pudesse escolher quem desejavam que governasse o país. Entretanto, o PAIGC se intitulava o responsável pela unidade nacional e o salvador da nação cabo-verdiana e por isso competia somente a ele governar o país. Aliás, Portugal já vinha se apercebendo, que os movimentos, procuravam além da independência, de somente eles terem o direito ao poder de governar e sem possibilidades que haja uma “democracia” partidária (outros partidos). Como defendeu Mario Soares: “... os movimentos nacionalistas estavam se endurecendo, não queriam somente o cessar-fogo, mas um compromisso, da parte do governo português, de que, posteriormente seriam dadas somente a eles as garantias para a independência” (Lopes 1996 apud ÉVORA, 2001).

Pelo Acordo da Independência de 1974, foi nomeado o governo de transição que ficou encarregado de criar as condições necessárias e uma legislação para a realização do recenseamento eleitoral no país para poderem eleger uma Assembleia constituinte para aprovar a constituição e declarar a independência do Estado de Cabo Verde.

Por fim, em 05 de julho de 1975, Portugal reconhece a independência de Cabo Verde e o PAIGC é escolhido como o partido legítimo para o poder, até porque, apesar da preocupação do governo de Portugal, os acordos eram celebrados unicamente pelo PAIGC e o próprio governo de transição foi constituído, metade por ministros designados por portugueses, e metade por cabo-verdianos designados pela direção do PAIGC, através de eleições para uma Assembleia Constituinte, a 30 de junho de 1975. Nessas eleições, o PAIGC ganha com quase 100% dos votos. Portugal reconhecia a legitimidade exclusiva do partido e

---

do acordo para a independência de Cabo Verde e na negociação com Portugal em relação ao processo de transição política que levou à independência de Cabo Verde. Chefe do primeiro Governo de Cabo Verde até 1991.

obviamente, com o advento da independência, PAIGC sobe ao poder como o único partido legítimo para o cargo.

### **1.3. OS PRIMEIROS ANOS DA INDEPENDÊNCIA**

Com a independência, Aristides Pereira, líder do PAIGC em Cabo Verde foi empossado como o primeiro Presidente do novo Estado e o Pedro Pires como o Primeiro-Ministro. Com a proclamação da independência, foi aprovada uma constituição provisória- a Lei de Organização Política do Estado-LOPE. Uma observação é que, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Cabo Verde era o único que não tinha uma Constituição depois que se torna independente. Somente em 1982, é que se consagrou a primeira Constituição da República. A pouca experiência dos dirigentes do PAIGC em dirigir o novo Estado, a falta de mantimentos básicos para a população, as crises de seca e fome que propagavam as ilhas, enfim, a realidade que Cabo Verde enfrentava na altura, levou ao tardamento da elaboração da Constituição. Apesar de ser um assunto prioritário, como relata Aristides Pereira: “Um país que quer ser respeitado, tem que ter a sua Constituição. (...) Podíamos ser pobres, mas queríamos ser um país digno e respeitado.” (LOPES, 2012).

A LOPE consagrou o regime de partido único e definiu o PAIGC como a força dirigente da sociedade: “o poder soberano não seria exercido pelo povo, mas em seu interesse; a Assembleia, o Presidente e o Governo submetem-se totalmente ao Partido, os tribunais não têm qualquer autonomia e não há separação de poder”. (SILVA, 2007 p 79). Isto é “a soberania do povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estreitamente ligados ao PAIGC, que é a força política dirigente da nossa sociedade” (MONTEIRO, 2007 p 193).

Como receava Portugal, se instituiu em Cabo Verde um governo monopartidário que perdurou por quinze anos, e foi a partir da LOPE que anunciou o regime monopartidário de caráter autoritário.

Na Guiné-Bissau foi Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral (este havia sido morto durante a luta em 1973) que foi empossado como o primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau, instituindo-se também um governo de partido único controlado pelo PAIGC e favorável à fusão com Cabo Verde.

Entretanto, no mesmo ano em que viria a ser aprovada a primeira Constituição da República de Cabo Verde (1980), esta que instaurou o que se chamou de democracia nacional revolucionária, pois não dava espaços para a existência de mais partidos políticos e consagrava uma estatização principalmente na área econômica e orientado para a construção de uma sociedade socialista, esta última, muito por influência do modelo soviético. Na Guiné-Bissau, Luís Cabral foi deposto por um golpe de estado conduzido por João Bernardo, mais conhecido como Nino Vieira (1980), que assumiu a liderança do PAIGC, instituindo um regime autoritário. Fala-se de um regime autoritário com Nino Vieira, porque, com o Luís Cabral, se falava de um regime de partido único de orientação marxista e favorável à uma fusão com Cabo Verde.

Com o golpe se dá o rompimento das relações entre a ala cabo-verdiana do PAIGC e a ala da Guiné-Bissau, fazendo frustrar-se o projeto de fusão política entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em Cabo Verde há uma convocação da Conferência Nacional onde se constitui o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e assim, com a proclamação do PAICV (20 de janeiro de 1981) há a ruptura de relações com a Guiné-Bissau.

Uma observação é que, se pode considerar que o golpe foi a “gota de água”, pois, como já exposto acima, já se vinha acumulando ressentimentos dentro do partido, PAIGC, e entre os cabo-verdianos e os guineenses. A título de exemplo, seria em relação ao “status” social diferente dentro do partido, o que, apesar dos guineenses terem tido maior participação em termos humanos e por isso as perdas foram maiores na luta armada, eram os cabo-verdianos quem asseguravam a direção da organização e as relações do partido com o exterior, ou seja, os cabo-verdianos tratavam da parte “diplomática” e os guineenses ficavam com a parte de ação/luta, isto é, a parte com maior risco.

Mas consagrada a independência, como foi visto, houve a instauração de um regime autoritário, com a opressão da população, o uso coercivo do aparato estatal (polícia, exército), controle de todas as áreas: econômica (centralizada e estatizada), social (organizações sociais criadas por ele e dele dependentes que serviam como canais de mobilização da sociedade e de recrutamento político), educacional e cultural (pelos meios de comunicação social, introduziu-se nos manuais escolares do ensino básico textos com conteúdo ideológico do PAICV e censura aos filmes e criou uma instituição, a Comissão de Investigação Cultural (CIDC) para realizar tal controle e claro, política, (não havia possibilidade de contestação política porque o partido criou mecanismos eficazes de repressão). Mas, apesar do caráter autoritário do regime,

em Cabo Verde, diferentemente dos regimes no continente, o fechamento político foi mais moderado.

A justificativa da uniformidade do regime, diferentemente dos outros países africanos, não era pela etnicidade, diversidade cultural ou religiosa, porque a história mostra que a estrutura étnico-cultural nasceu homogênea junto com a religião de predominância europeia- a católica.

O argumento para a implementação do regime monopartidário seria pela legitimidade histórica, ou seja, pela luta da independência, o PAIGC/PAICV se intitulava o responsável pela unidade nacional e o salvador da nação cabo-verdiana e por isso competia somente a ele governar o país.

Durante os quinze anos do regime se começam a constatar instabilidade de posições dentro do partido e da sociedade em relação ao partido, percepção do espaço “vazio” que havia entre a sociedade e o partido, e o modelo de desenvolvimento adotado que se demonstrou nefasta, essencialmente no plano econômico.

Nos primeiros anos de independência, havia a preocupação em função da viabilidade econômica do país, visto que, o país não dispunha de recursos naturais e grande carência em infraestrutura e capital humano e o PIB per capita correspondia a US\$190 (JUNIOR, 2007).

Num primeiro momento, período entre 1975-1990, se adota o modelo de desenvolvimento por substituição de importação, o que traduziu num crescimento econômico também impulsionado pelas remessas dos emigrantes (cerca de 60% do PIB no período em questão) e da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Entretanto, a criação de uma indústria local de substitutos à importação era criada à sombra de fortes barreiras aduaneiras e administrativas, o que resultou num fracasso para o crescimento, devido à estreiteza do mercado, às técnicas que não se adaptavam às condições locais e à fraca competitividade das indústrias. As condições existentes em Cabo Verde, ou melhor, dizendo, as condições inexistentes, sem matérias primas, sem recursos naturais e a insularidade, o modelo de desenvolvimento, a estruturação da economia e a forte intervenção do Estado, se mostraram ser incoerentes neste primeiro período, apesar de ter registrado um crescimento nos primeiros anos.

Já no segundo período (1991-2000) houve profundas modificações estruturais na economia e na sociedade cabo-verdiana, como a privatização do que antes era monopólio “natural” do Estado como as empresas de telecomunicações, a Electra (empresa de luz e água), intermediação financeira sem o controle do Estado, liberalização do comércio, entre outros fatores, que rompiam com o modo como o Estado conduzia no período anterior. Até porque, o mundo estava vivendo o advento do neoliberalismo e do capitalismo. A esta altura, havia a necessidade de Cabo Verde se inserir na economia mundial, pois já não havia espaço para uma política de desenvolvimento e crescimento econômico isolada do mundo. A atração de investimento externo, a promoção das exportações através de empresas francas e o desenvolvimento do turismo foram essenciais para a inserção de Cabo Verde na economia mundial orientado estrategicamente para a União Europeia.

Outro fator importante é a educação, que desde muito cedo, aliás, das colônias portuguesas foi a que mais cedo conheceu a instrução. Só para se ter uma ideia, foi ainda em 1869 que houve a criação do ensino secundário. Entretanto após a independência, apesar de se ter dado oportunidades de estudos a alguns desfavorecidos, somente na década de oitenta, que se verifica um aumento real substancial da escolarização de base e nos estudos conducentes.

Entretanto, mesmo com alguns tropeços, houve todo um processo e reformas para expandir o ensino, tanto o ensino básico como o secundário, depois dos anos 90, houve um grande salto na área da educação, na medida que os sucessivos governos priorizavam para que a maioria tivesse acesso à educação.

Um dos objetivos de Cabo verde era e continua sendo, o crescimento da oferta a nível nacional e se pode dizer que Cabo Verde alcançou ganhos reais na educação, através do combate ao analfabetismo, generalização e expansão do ensino e formação de quadros superiores.

Desde a independência, o sistema educativo cresceu muito rápido, porém a qualidade do ensino não acompanhou esse crescimento. O país ainda busca para a promoção de um maior nível de conhecimento ancorada em estudos estratégicos e formação avançada de modo a conseguir uma massa crítica cabo-verdiana, que possa contribuir para a boa governação no País e da sua inserção e manutenção na comunidade internacional, apostando em estratégias que possam contribuir para o desenvolvimento do país.

Uma combinação de fatores econômicos e políticos conduziriam à transição para democracia: a estagnação econômica e as crises internas dentro do partido levaram à transição que viria a ocorrer nos finais dos anos 90; as transformações que vinham ocorrendo, neste período, na África e na Europa do Leste, fez com o partido visasse a abertura política antes que se formassem manifestações, reivindicações e/ou protestos fortes contra o partido e a favor à abertura.

Em 1990 o PAICV convocaria um congresso extraordinário para discussão de alterações propostas à Constituição (aprovada em 1980) a fim de abolir o sistema de partido único. Vários grupos da oposição uniram-se para formar o Movimento para a Democracia (MPD), um partido que viria enfrentar o PAICV e contribuir para a abertura.

Aprovada a Lei dos Partidos Políticos na revisão constitucional, em 1991 acontecem as primeiras eleições multipartidárias. Neste ano, o partido da oposição (MPD) sai vitorioso com Antônio Mascarenhas, empossado como primeiro Presidente da República de Cabo Verde com 72,6% dos votos (Évora, 2001, pag. 79) e Carlos Veiga como o Primeiro-Ministro. O número de votos dava ao partido poderes para mudar a Constituição e assim foi, o país ganhou uma Constituição multipartidária.

Uma novidade no sistema eleitoral cabo-verdiano foi a possibilidade dos cabo-verdianos, na diáspora, poderem participar das eleições nacionais. Se deve pelo fato de haver grande comunidade cabo-verdiana emigrada para os continentes como a Europa, a América, a África e pela importância principalmente econômica da comunidade para Cabo Verde.

Cabo Verde ainda encara o desafio de gerar recursos alternativos para melhorar a infraestrutura, a qualidade das suas instituições, desenvolvimento do seu capital humano entre outros fatores. A dinâmica do desenvolvimento de uma economia do tamanho que é a de Cabo Verde depende muito do modo como o país se insere e se integra na comunidade internacional, pois essa integração que lhe vai permitir superar os constrangimentos pela qual o país sofre.



## **2. A POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE: (FORMULAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E ATUAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DE 1975 A 1990)**

Neste capítulo se vai analisar a configuração da política externa de Cabo Verde. O objetivo é expor como foi formulada a política externa de um país, que apesar do seu tamanho e da sua realidade nacional (sem recursos naturais, secas prolongadas, levando a um estado de pobreza e miséria e de epidemias), conseguiu formular uma política externa considerada por muitos, dinâmica, pacífica e que soube aproveitar as oportunidades ou brechas que o cenário internacional tinha.

Por último, realiza-se a história e a configuração da política externa cabo-verdiana, isto é, a postura de Cabo Verde, mostrando a sua habilidade e uma compreensão madura do sistema que o rodeava se mantendo neutro, isto é, de não alinhando com nenhum dos blocos, usando a sua política externa para a captação de recursos e obter ajuda, apoio e/ou cooperação por parte de ambos os blocos (EUA e URSS) e não só, em prol do seu desenvolvimento nacional. Analisa-se um dos momentos auge da sua diplomacia que foi durante o conflito da África Austral, nomeadamente o dossiê da África do Sul, além da sua política de alargamento, com seu espaço de cooperações em arenas diversificadas. Ainda neste capítulo, se vai retratar do fato de que os governantes cabo-verdianos se comportavam de maneira diferente em relação aos seus discursos e à prática política, o que alguns chamaram de “ambivalência entre a prática e o discurso político”. O período em questão (1975 a 1990) é dividido em duas fases, de forma a entender melhor como foi configurada a política externa durante esses quinze anos da política externa do país.

Dessa forma, a política externa e a diplomacia de Cabo Verde foram se adaptando às constantes mudanças no âmbito do cenário internacional e ajustando os seus interesses consoante às oportunidades que vão aparecendo na conjuntura internacional.

Da independência nacional até a década de grandes mudanças mundial, ou seja, de 1975 até mais ou menos 1990, podemos dividir a atuação da política externa cabo-verdiana em duas fases.

A primeira fase, que seria de 1975 até 1980, foi uma fase de (re) construção das bases estruturais do país, na busca e captação de recursos para a ajuda humanitária e de emergência,

visto que, quando os dirigentes tomam o Estado para si, Cabo Verde se encontrava num contexto de pobreza e fome, além das secas predatórias e sem recursos quaisquer para atender as necessidades mínimas do povo, além do fato de somente em 1980 que o país ganha a sua primeira Constituição da República- Constituição da Republica de Cabo Verde (CRCV). Embora a Constituição pouco trouxe de novidade, pois a preocupação maior foi de legitimar a prática política que já vinha sendo levado a cabo desde a independência assente na pré-constituição LOPE: “A afirmação do Estado independente não coincidiu com a instauração do regime de democracia pluralista, tendo antes a organização do poder político obedecido à filosofia e princípios caracterizadores dos regimes do partido único” (Preâmbulo da CRCV, 2002: 37).

A ação da política externa estava mais virada para o continente africano, por via da participação na resolução dos conflitos regionais, e a dimensão ideológica da política externa diluía-se na medida em que os princípios ideológicos eram abandonados em prol de princípios que focavam mais em nortear uma política externa que pudesse possibilitar a cooperação com qualquer Estado que tinha possibilidade de prestar tal ajuda independentemente da sua ideologia.

A posição de não alinhamento era a chave-mestra dessa política, pois possibilitava a canalização da ajuda externa ao desenvolvimento de ambas as potências em conflito - EUA e a URSS. Além de que, a ação da política externa estava mais focada no continente africano através da participação na mediação e resolução de conflitos regionais, mais concretamente, no conflito da África Austral:

“A política externa cabo-verdiana se estruturava em torno de um posicionamento externo congruente com as demandas do seu desenvolvimento, com a opção por uma política de paz e com a necessidade de diversificação das alianças e parcerias estratégicas de desenvolvimento” (COSTA, 2012, p. 236).

A segunda fase, de 1980 a 1990, o mundo já entrava em mudanças como a queda do modelo socialista (de 1989 a 1991) e o modelo capitalista emerge como modelo hegemônico, obrigando os países africanos seguidores do modelo socialista a reverem e adaptarem-se a nova conjuntura internacional.

Para Cabo Verde, é uma fase que começa a dar os primeiros sinais de mudança: desenvolvimento e edificação de quadro político-diplomático devidamente institucionalizado que possibilitou a atração de recursos externos para o desenvolvimento do país; busca de uma

participação mais proativa nas instituições políticas multilaterais e na estruturação dos princípios que viriam reger a política externa do país, como a coerência dos princípios e o pragmatismo; a política pragmática deixa de ser tão relevante passando à necessidade de criar novas formas de sobrevivência; a transição do regime de partido único/ autoritário para a democracia multipartidária e a abertura econômica com a política de extroversão.

Cabo Verde passou a década de 80 com uma Constituição de um regime político autoritário e um sistema econômico estatizante:

“De acordo com a referida CRCV, o regime caracterizava-se pelo domínio do partido único - PAICV, em que se confundia com o próprio Estado nas suas funções, nomeadamente nos planos políticos, económico, social, cultural e educacional. O artigo 4º, da CRCV de 1980, definia o partido político – PAICV como força política dirigente da sociedade e do Estado. Ademais, a referida Constituição, no seu artigo 3º, consagrava Cabo Verde como um Estado de democracia nacional revolucionária, que, desde logo impedia a criação de outros partidos políticos” (GONÇALVES, 2010, p. 39).

No III Congresso do PAICV (novembro de 1988), a estratégia foi recorrer à mobilização do investimento estrangeiro direto e a iniciativa privada cabo verdiana. As primeiras reformas políticas começaram pela revisão constitucional em 1988 e na sequência iniciou um novo ambiente, em que há a desestatização de alguns setores deixando ser reguladas pela CRCV e para serem reguladas por lei ordinária e há o processo da abertura econômica. “O arranque nessa matéria legislativa teve início em 1988 com a criação de mecanismos para encorajar o investimento externo, promover o desenvolvimento da indústria e dinamizar o sector exportador de Cabo Verde (...)” (GONÇALVES 2010, p 40).

A nível regional e internacional se continuou com a política de um não alinhamento mitigado, entretanto, há uma virada para a Europa e os EUA, ancorada ideia de diversificação das parceiras estratégicas, reivindicação da sua utilidade na política internacional. Com o continente africano, o princípio da boa vizinhança, o que fez com que Cabo Verde ganhasse credibilidade para ser o mediador nos conflitos da África subsaariana.

As intervenções de Cabo Verde a nível regional foram mais uma prova da diplomacia cabo verdiana que culminou com o reconhecimento internacional da importância do país e da capacidade dos seus governantes em contribuir pelas vias pacíficas na resolução dos conflitos ocorridos ou que pudessem vir a ocorrer a nível regional. A estratégia política dos governantes cabo-verdianos em aderir aos grupos dos países não alinhados foi “(...) preponderante no seu reconhecimento e estima por parte dos seus vizinhos do continente

africano e não só” (GONÇALVES, 2010 p 37). Por isso o então Presidente Aristides Pereira, foi nomeado para coordenar as ações políticas e diplomáticas do grupo dos cinco - os PALOP e foi aceite com naturalidade pelos outros dirigentes africanos:

“Não surpreendeu os meios diplomáticos e jornalísticos a escolha do Presidente de Cabo Verde para o desempenho dessa função. Uns e outros compreenderam tratar-se de uma opção pragmática e justa. Com ela reconhecia-se o valor do papel que esse pequeno país e o seu presidente, em particular, desempenham na dinâmica da paz na África Austral e confirmava-se que os seus pares consideravam que Aristides Pereira se encontrava particularmente bem colocado para prosseguir essa missão complexa e delicada” (Cardoso, 1986 p 11).

Cabo Verde é um país que foi emergindo do desconhecido que o seu tamanho e a sua pobreza haviam lhe confinado, mas graças a uma política interna séria e coerente, à uma política externa caracterizada pela sua firmeza dos seus princípios e a defesa da paz e do diálogo, ganhou notoriedade e muito mais ainda, a partir da intervenção no conflito da África Austral.

Nos anos 90 Cabo Verde faz uma virada de posicionamento, ou seja, a orientação estratégica muda em busca de uma inserção mais dinâmica na economia mundial, de um desenvolvimento econômico- social autossustentável, foi criado pelo Governo, um departamento de Promoção do Investimento e das Exportações (PROMEX) cujo objetivo era atrair o investimento externo para a promoção do desenvolvimento do turismo e dinamizar o setor exportador do país. Esta fase é caracterizada pelo “estabelecimento das bases da maturação de uma ação externa eficiente e pragmática, pelo abandono sistemático de uma diplomacia política ideologicamente dirigida e pela busca de uma inserção dinâmica na economia mundial.” (COSTA, 2012, p. 237).

As pressões para uma mudança eram tanto internas como externas. As pressões externas provinham do sistema internacional que estava sofrendo mudanças como: o fim da Guerra Fria, a desintegração do bloco socialista seguindo da descredito dos regimes marxistas do chamado Terceiro Mundo (Cabo Verde se encontrava afilhado), a queda do Muro de Berlim, a ascensão de valores universais da democracia liberal e a globalização, enfim, todos estes fatores agiam como pressão sobre os regimes que não se adaptavam a nova realidade.

Outro elemento de mudança foi na Lei Constitucional nº 2/III/903 (de 29 de setembro) que modificou o conteúdo do artigo 4º da CRCV de 1980, que legitimava o regime do partido único e institucionalizou a democracia liberal. Além disso, permitiu a liberdade de constituição de partidos políticos. E no dia 13 de janeiro de 1991 foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias de Cabo Verde.

Essas fases de formulação e estruturação da política externa cabo-verdiana demonstram a dependência que Cabo Verde tinha nas ferramentas internacionais de promoção do desenvolvimento encontradas nas instituições político-econômicas multilaterais.

A política externa cabo-verdiana, se mostrou linear ao longo dos tempos, mesmo havendo mudanças tanto a nível internacional como a nível nacional, a diplomacia cuidava de ajustar as ações na conjuntura global sem deixar de priorizar os interesses do país:

“A cooperação internacional para o desenvolvimento e a alocação dos recursos da ajuda externa constitui, ainda, a pedra angular de toda a política externa cabo-verdiana” “(...) não se vislumbram na contextura política cabo-verdiana alterações substanciais na diplomacia pública, na cultura estratégica nacional e nos princípios orientadores da sua ação externa.”(COSTA, 2012 p 229).

Apesar da sua pequenez e da sua aparente não importância no âmbito internacional, já que era desprovido de qualquer recurso natural que pudesse chamar a atenção das grandes potências Cabo Verde não foi ignorado em virtude da sua posição geográfica que se configura como ponto geoestratégico, primeiro, porque ficava na encruzilhada do Atlântico, entre Europa, África e América e segundo, uma posição que facilitaria o acesso ao continente africano.

Cabo Verde, desde a sua formação como Estado, vem desenvolvendo uma ação diplomática visando a sua inserção no sistema internacional, de uma forma dinâmica, dada as relações de interdependência do sistema. A coerência dos princípios e o pragmatismo da política externa cabo-verdiana contribuíram e continuam contribuindo para uma inserção estratégica em múltiplos e/ou contrastantes espaços de cooperação e integração regionais e também para a busca de soluções institucionais susceptíveis de contornar as vulnerabilidades exclusivas dos países insulares, como é o caso de Cabo Verde, e alavancar o processo desenvolvimento do país.

## **2.1. PRINCÍPIOS E OS DETERMINANTES DA POLÍTICA EXTERNA CABO-VERDIANA**

Os princípios sob os quais foi formulada a política externa de Cabo Verde, estes, em função da situação real do país e da conjuntura internacional, foram: o Realismo, no sentido de que, uma nação como a de Cabo Verde, com o panorama nacional que tinha, qualquer definição e formulação da sua política externa, não poderia fugir dos imperativos; Flexibilidade; Independência do pensamento e ação - a ação política se preocupava em agir em prol dos seus objetivos evitando submeter às exigências/ pressões externas; Nacionalismo- basicamente se defendia que qualquer direção da política teria que atender os interesses e as necessidades do país; Seriedade e coerência política - o realismo permitia que as decisões políticas não se transformassem em decisões ad hoc, e que somente com coerência e seriedade tornaria credível a política deste pequeno Estado.

Se pode ainda acrescentar a defesa de princípios como a soberania, respeito pelas normas internacionais, não ingerência nos assuntos internos, igualdade e reciprocidade de vantagens, além de ser a diversidade e multiplicidade de parceiros serem elementos fundamentais dessa política e a política de não alinhamento com algum bloco e/ou potência que significaria a perda da liberdade de ação no domínio das relações externas, comprometendo a soberania do país.

Em relação aos determinantes da política externa de Cabo Verde, durante o período da sua independência (1975) até 1991, se pode apontar: o primeiro o regime político adotado, associado à sua “(...) dimensão geográfica e geopolítica, as dimensões demográfica e socioeconómica, as condições jurídicas do Estado a nível externo, e ainda a capacidade como sujeito de Direito Internacional Público” (GONÇALVES, 2010, p. 42).

A política externa de um Estado deve ser flexível e capaz de se ajustar à conjuntura ou ordem internacional em vigor e Cabo Verde, não é e nem foi a exceção, e tem conseguido fazer uma boa leitura do cenário internacional, da sua dinâmica e ajustando a sua política externa e tirar proveito da configuração do sistema e obter parcerias para o processo de desenvolvimento nacional.

A sobrevivência e afirmação internacional de Cabo Verde enquanto potência insular, arquipelágica e diaspORIZADA resultam, necessariamente, do investimento profícuo na

cooperação multilateral, pela via negocial e pacífica, como referência incontornável da sua política externa” (COSTA, 2012 p 234).

## **2.2. HISTÓRIA E CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE**

Cabo Verde conquista a sua independência num momento conturbado do cenário internacional que caracterizou a década de 70. O mundo vivia em plena Guerra Fria (EUA x URSS), choque de petróleo, e a percepção do avanço geoestratégico da URSS e consequente perda estratégica dos EUA, na Ásia, América Latina e África.

A consciência das limitações internas, do seu tamanho, da sua posição geográfica, da sua insularidade acabou por levar a um posicionamento externa pragmática guiada por uma diplomacia hábil, pela aproximação de regiões que se configuram economicamente mais dinâmicas, como é o caso da União Europeia (UE), e pela não confrontação ideológica que o levou à integração em múltiplos espaços de integração política, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), União Africana<sup>11</sup> (UA), entre outros. Para a reafirmação da política de diálogo e paz, Cabo Verde tinha dois objetivos a serem cumpridos: conseguir cooperação para o estabelecimento de infraestruturas básicas para o seu desenvolvimento e a sua afirmação como entidade independente.

O país se depara com uma economia obsoleta, caracterizada pela pobreza e degradação de recursos, desequilíbrio estrutural e dependência. A contribuição da pesca no PIB, por exemplo, representava somente 4% e o setor mineiro (pozolana<sup>12</sup> e sal) representando menos de 0,5%. (CARDOSO, 1986). Em relação ao recurso humano, este não fugiu à regra, se encontrava degradado, visto que a maioria da população era analfabeta, dedicando a prática de uma agricultura e pesca de subsistência além da pobreza de quadros técnicos qualificados e de gestão. As secas que castigavam essas ilhas favoreciam uma emigração persistente, resultando na “fuga” de mão-de-obra jovem e mais capacitada para fora do país. A economia assentava sobre o comércio, os transportes e o serviço público. A exportação cobria somente

---

<sup>11</sup> União Africana (UA) foi fundada em 2002. É a organização que sucedeu a Organização da Unidade Africana. Baseada no modelo da União Europeia. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o\\_Africana](http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Africana).

<sup>12</sup> Pozolana- Material silicoso ou sílico- aluminoso, quando finamente moído e na presença de água, reage com hidróxido de cálcio, formando compostos com propriedades cimentícias. Disponível em: <http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2013/02/o-que-e-pozolana/>.

cerca de 5% das importações, os alimentos constituíam cerca de 50% do total importado e o equilíbrio da balança de pagamentos dependia fortemente das transferências externas de fundos públicos e privados. E agregando a esse quadro, o mercado interno e a incapacidade de satisfazer as necessidades alimentares, levava a qualquer que fosse o programa de desenvolvimento do país, necessariamente a contar com o exterior. Portanto, todas estas características levavam Cabo Verde a ter uma forte dependência externa.

A esse quadro ainda se soma o problema do país não ter uma Constituição. Os dirigentes dispensaram a ajuda de Portugal com receio da influência que poderia vir a ter, apesar de outros defenderem que teriam suprido este problema com a ajuda da ex. metrópole. Além disso, havia o problema do tempo, que foi estipulado para a elaboração da mesma (90 dias), que era visivelmente insuficiente para a elaboração de uma Constituição.

O país se encontrava desprevenido de qualquer recurso que pudesse ajudar na gestão do país e os próprios dirigentes, muitos ocuparam cargos e adquiriram tarefas que não eram da sua competência, a título de exemplo, foi o Abílio Duarte<sup>13</sup>, que na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde: “Eu também não fui ensinado a ser Ministro dos Negócios Estrangeiros. Não fomos nós todos que quisemos tomar a terra?! Olha, então temos que pegar nela e desenrascar-nos. Ninguém vai governar isto por nós!” (GONÇALVES, 2010, p. 24).

Este quadro colocava a direção política do país numa posição delicada. Tendo em vista que o objetivo da independência do PAIGC era a promoção do progresso social e do desenvolvimento nacional de um modo geral. Não era somente uma questão de poder ou de africanização dos Estados, mas de estruturar uma sociedade nova, independente e desenvolvida. Cabral já dizia:

“Nós, da CONCP, [...] não lutamos simplesmente para pôr uma bandeira no nosso país e para ter um hino. Lutamos para construir uma vida de felicidade. Se não conseguirmos, teremos faltado aos nossos deveres, não atingiremos o objetivo da nossa luta.” (CARDOSO, 1986)

---

<sup>13</sup> Abílio Duarte: Nasceu em Praia, Cabo Verde. Primeiro ministro das Relações Exteriores do recém-independente Cabo Verde 1975-1981. Presidente da Assembleia Nacional Popular. Foi um cabo-verdiano nacionalista e líder político no início da época da independência. Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/Ab%C3%ADlio\\_Duarte](http://en.wikipedia.org/wiki/Ab%C3%ADlio_Duarte).



Era essencial na visão do partido, além de conquistar a independência para a promoção da paz, as liberdades fundamentais e a igualdade perante a lei, conquistar a liberdade e autonomia para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Daí que, o programa de desenvolvimento do governo consistiu em aumentar a capacidade produtiva pela reabilitação do patrimônio fundiário; criação de infraestrutura de transportes e comunicações; valorização dos recursos humanos; programas de subsistência através da criação de postos de trabalho. Entretanto, este programa exigia grandes recursos financeiros. Com este cenário, o desafio do desenvolvimento direcionava para a adoção de uma política externa que priorizasse o entendimento e a cooperação no palco internacional.

Por conseguinte, no início da construção do Estado, além dos desafios que os novos dirigentes tinham de enfrentar internamente, ainda tinham que fazer com que Cabo Verde ocupasse o seu lugar no âmbito das relações internacionais, ou seja, “colocar Cabo Verde no mapa”, nas palavras de Aristides Pereira.

Outro elemento que se pode levar em conta na definição da política externa é a própria situação geográfica do país. Na altura em que Cabo Verde se ergue como um país independente, vários acontecimentos se desenrolavam no continente africano, como o fato de que, a África ganhava importância no sistema político e diplomático internacional, o desencadeamento de focos de tensão que causaram desequilíbrios em diversas áreas, abrindo assim brechas para o reforço da influência estrangeira no continente. É nesse ambiente que Cabo Verde começa a ensaiar seus primeiros passos como um Estado independente, optando por um posicionamento de não alinhamento e a opção pela manutenção da paz. Este cenário acabou contribuindo para a valorização ou revalorização (no sentido de que, era valorizada no período colonial; tráfico de escravos) da posição do arquipélago.

Entretanto, os governantes apercebem que não vai ser fácil, quase que impossível poder elaborar uma política autónoma, visto as condições que este arquipélago apresenta, nomeadamente o seu tamanho e a pobreza em várias áreas, tornando incríveis a prática de uma política de paz, dialogo e, sobretudo autónoma. Primeiro por que na maioria das vezes, as oportunidades de cooperação são oferecidas dentro de um jogo de influências, em que, ou se encaixa a política externa numa conduta determinada ou se procura conduzir o processo interno numa direção diferente daquela escolhida pelos seus dirigentes. E Cabo Verde se encontrava numa situação que tanto o seu tamanho como a sua conjuntura interna, eram para a comunidade internacional, elementos que não passavam confiança na capacidade deste país

de “pensar” e formular uma política externa séria e independente. Daí que, a primeira tarefa dos dirigentes cabo-verdianos era demonstrar capacidade e conquistar a credibilidade internacional para seguir com a sua própria opção.

Cabo Verde se preocupava em se posicionar de forma clara a concepção de um país não alinhado, recusando servir de base militar ou pratica de qualquer ação que levasse a isso, a título de exemplo, foram os barcos militares que não podiam permanecer nos portos das ilhas, somente para curta estadia ou de passagens, independente da sua nacionalidade. (CARDOSO, 1986)

No âmbito da ordem internacional vigente, os governantes teriam que elaborar uma política externa inteligente de modo a conseguir conquistar o maior número de parceiros internacionais dispostos a ajudar este pequeno país, principalmente apoio econômico. Era da consciência de todos, de que, se a diplomacia falhasse, colocaria em causa a subsistência do povo e a própria independência política do país.

O então presidente Aristides Pereira, além da conjuntura interna, tinha que lidar com a conjuntura internacional, começando pelas hostilidades que as próprias comunidades cabo-verdianas tinham em relação ao partido e ao contexto em que Cabo Verde se encontrava. Ele acreditava que, para acabar com as hostilidades que o PAIGC vinha recebendo da diáspora cabo-verdiana, a título de exemplo, dos EUA, ele teria que ir pessoalmente. Foi recebido por Ronald Reagan, o então presidente norte-americano, foi doutor Honoris Causa por mais de uma universidade e ainda conseguiu que Cabo Verde fosse assunto atual (considerando o período) da imprensa norte-americana. Foi a primeira vez que Cabo Verde, esse país desconhecido, foi alvo de grande atenção dos EUA, o que para os dirigentes e para o país como todo, era um momento significativo, pois tinha um peso junto à comunidade internacional, e a própria comunidade cabo-verdiana residida nos EUA. Pela primeira vez, a diáspora viu seu mais alto representante ser recebido pelo chefe de um dos países mais poderosos do momento. Os Estados Unidos foi um dos países que, quando Cabo Verde sofreu o seu primeiro ano de seca, foi o primeiro a oferecer ajuda.

Com Portugal foi a mesma coisa, havia a preocupação de chamar “a nossa gente” para junto e para isso, contaram com o desempenho dos embaixadores, como Corsino Fortes<sup>14</sup> e depois Carlos Reis<sup>15</sup>.

Em relação ao continente africano, Cabo Verde apesar de se distanciar, por ter um ideário político diferente daquele que dominava a região, principalmente o oeste africano, entre outros aspetos, sempre buscou ter relações de boa vizinhança e cooperação com os países da área, a título de exemplo, com Senegal, Mali, Mauritânia, Níger e os outros países da região, permitindo até, a concertação das relações bilaterais e no quadro do Comité Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) e da CEDEAO nos quais Cabo Verde fazia parte. Era necessário também fazer com que os chefes de Estado fossem a Cabo Verde. Era uma tarefa árdua, afinal de contas, quem se interessava por este país? Na altura, muito poucos sabia da existência deste pequeno país, desprovido de qualquer recurso natural que pudesse chamar a atenção. O que se conseguiu de primeira, foi que, pelo menos da África negra, quase todos os chefes dos Estados foram para Cabo Verde. Em relação a África do Norte, Aristides Pereira não tinha grandes preocupações, porque eram países que já tinham boas relações.

Com as Américas, os Chefes de Estado do Brasil João Figueiredo e José Sarney visitaram esse pequeno arquipélago. E foi assim que Cabo Verde se afirma no plano africano e automaticamente no plano internacional.

Nessa estratégia e ações dos dirigentes cabo-verdianos em chamar para si cada vez mais parceiros, Aristides “descobre” a Islândia. Para ele, era importante conhecer países pequenos, com certo nível de desenvolvimento na expectativa de estabelecer uma relação proveitosa. E a Islândia era um país pequeno, com uma pequena população, mas que estava se tornando um país de ponta e lá ele foi estabelecendo contatos com o país até fazer uma visita que resultou em vantagem para Cabo Verde, na medida em que conseguia uma cooperação na área da pesca. A Islândia instalou um barco-escola na ilha de São Vicente para formar pessoas no ramo da pesca. (LOPES, 2012)

---

<sup>14</sup> Corsino Antonio Fortes- 14/02/1933. Nascido em Mindelo, São Vicente. Primeiro Embaixador cabo-verdiano em Portugal, em 1975 e Ministro da Justiça de 1989 a 1991. Juiz, escritor e letrista. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Corsino\\_Fortes](http://pt.wikipedia.org/wiki/Corsino_Fortes).

<sup>15</sup> Carlos Nunes Fernandes Reis- Comandante Reformado das Forças Armadas de Cabo Verde. Formado em administração. Membro do Governo de transição (30 de dezembro de 1974/ 05 de julho de 1975), Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desporto do primeiro governo Independente (1975/1981) E Embaixador de Cabo Verde residente em Portugal e acreditado em Espanha, Itália, França e Marrocos (1984/1989). Biografia disponibilizada pelo próprio Carlos Nunes Fernandes Reis ou somente Carlos Reis.

Cabo Verde entendia a política do diálogo e de cooperação como forma de defesa dos seus interesses e procurou sempre não agir ou ter alguma atitude que pusesse em jogo tais preceitos. E foi seguindo essa linha de pensamento, que o Governo decidiu não fechar o aeroporto do Sal (biografia do aeroporto) para os sul-africanos (por causa do regime do apartheid), por exemplo, por que entendia que não se beneficiaria com isso. E essa atitude, mais tarde resultou num espaço de negociação em relação ao conflito da África Austral, sendo que, em 1984, a ilha do Sal foi palco para vários encontros entre as partes envolvidas. (CARDOSO, 1986).

### 2.3. A POLÍTICA DO NÃO-ALINHAMENTO MITIGADO DE CABO VERDE

Segundo Paul Kennedy, “o não alinhamento constituía uma forma dos países de Terceiro Mundo influenciarem o decurso dos eventos internacionais... não estavam na disposição de se transformarem em meros satélites de uma superpotência distante, mesmo se esta podia oferecer uma ajuda econômica e militar útil.” (COSTA&PINTO, 2014, p. 191).

Neste contexto havia o chamado Movimento dos Não-Alinhados que significava para muitos países, principalmente asiáticos e árabes, a não inserção no campo militar liderado pelos EUA (NATO) e a recusa da proteção da URSS (Pacto de Varsóvia).

Nessa linha de ação de não alinhamento, Cabo Verde adere ao grupo dos Países Não-Alinhados, ainda em 1975. Na verdade, a sua aderência a este movimento vem ainda antes da independência, mais precisamente, desde a Conferência do Cairo<sup>16</sup> (04 de outubro de 1964) sob a liderança do presidente Gamal Abdel-Nasser<sup>17</sup>. Amílcar Cabral, já se mostrava uma clara filiação com o movimento e uma posição de compromisso com a neutralidade, que como já vimos, veio a ser um tanto relativa.

---

<sup>16</sup> A 1ª Conferência foi em Belgrado (1961), com vinte e seis países participando e preocupados com a crise dos mísseis em Cuba e a guerra atômica. A do Cairo (1964), foi a 2ª conferência, em que quarenta e sete países, reforçados pela independência de inúmeras ex-colônias africanas participaram. Na liderança do Movimento dos Não-Alinhados, os nacionalistas Nehru e Nasser. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451987000100016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451987000100016&script=sci_arttext). Acesso: 14/01/2015.

<sup>17</sup> Gamal Abdel Nasser. 15/01/1918. Foi militar e político egípcio. Presidente do Egito de 1954 a 28 de setembro de 1970 (data do seu falecimento). Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#sourceid=chrome-psyapi2&ie=UTF-8&q=gamal%20abdel-nasser>. Acesso: 14/01/2015.

A admissão do país ao Movimento dos Não-Alinhados foi aceite pela Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Movimento (25 a 30 de agosto de 1975, na cidade de Lima, Peru). “O movimento dos não Alinhados inspira[va]-se em dois conceitos basilares para a filosofia política de Cabo Verde: a paz e a independência.” (GRAÇA, 2004 p 224). Em Fevereiro de 1981, portanto seis anos mais tarde, Silvino da Luz<sup>18</sup>, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, reafirmava em Nova Deli: “(...) a Republica de Cabo Verde reafirma a sua adesão aos princípios e objetivos do Não-Alinhamento, como sendo os valores essenciais na luta para a paz, a segurança, e o progresso no mundo, para a garantia da independência dos países pequenos (...)” (COSTA& PINTO, 2014, p 271)

No entanto, a política de não alinhamento assumida pelos dirigentes, para alguns autores, não era de todo não alinhado, sendo que a maior pressão vinha do bloco socialista, visto que, esta ajudou no processo da luta de independência, então tinha como que uma dívida para com o bloco.

Uma observação, é que, esta política de não alinhamento, já era aplicada desde os tempos da luta nacional pelo PAIGC, então, se pode dizer que foi um legado deixado por Cabral (verificar no Capítulo 1, p. 12-13).

Além de que, a URSS fornecia apoio em áreas como: defesa, armamento, equipamento militar e na formação de quadros militares e civis a níveis superior e técnico. Conforme mostra o diplomata cabo verdiano Manuel Amante da Rosa, “As opções e alternativas eram escassas para o novel governo pelo que as primeiras alternativas no que concerne à defesa e segurança tenham sido encontradas nos países do Bloco do Leste” (GONÇALVES, 2010 p. 25).

Devido ao contexto interno que o país vinha vivendo, a ideologia do governo vinha sendo disfarçada entre a teoria e a pratica política. Apesar de Cabo Verde nunca ter assumido como marxista, era muito visível no discurso e no ambiente em que se vivia no país. Como referiu o então Presidente da República, Aristides Pereira:

---

<sup>18</sup> Silvino Manuel da Luz- nasceu em 1939, cabo-verdiano. Ministro da defesa e segurança (1975 a 1980) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1981 a 1991) (LOPES, 2012).

“Nós não podemos mandar gente para URSS ou Cuba e dizer as autoridades desses países: Por favor, não metam teoria marxista na cabeça da nossa gente! O que se pode chamar marcas ideológicas eram inevitáveis num partido ou num sistema como nosso. Eu, pessoalmente, nunca me considerei marxista ou leninista. E, por iniciativa própria, cheguei a travar muita coisa nessa área. Por exemplo, com muita batalha, consegui que tivéssemos relações normais com os EUA” (in LOPES, 2002 apud GONÇALVES 2010 p 26).

Na prática, era visível a aproximação entre Cabo Verde e a URSS, o que despertava a desconfiança do governo norte-americano, sendo natural, visto que a URSS sempre esteve mais próxima do continente africano ainda no processo dos movimentos de libertação nacional.

A relação sempre foi pouco clara, dos dois lados. A URSS apoiou desde o início a luta pela independência e apoiando em áreas chaves como a formação de quadros. Entretanto, esperavam um alinhamento total por parte de Cabo Verde, o que nunca chegou a ser claramente assumido. Outro ponto foi a intenção de instalar uma base militar em Cabo Verde, mas que foi negada. Segundo Silvino da Luz (ex-ministros dos Negócios Estrangeiros do arquipélago nos primeiros anos da independência):

“Os soviéticos não falavam abertamente no assunto. Da nossa parte, havia uma política de muita prudência, o que deu os seus frutos, sobretudo junto dos americanos. Essa foi, alias uma época de muito malabarismo. Havia por um lado o nosso nacionalismo e, por outro, o pragmatismo do Estado. Não permitíamos que qualquer <amigo> se instalasse aqui” (LOPES, 2002 apud GONÇALVES p 30).

Pode-se considerar que, talvez a escolha de Cabo Verde em não ter assumido claramente o alinhamento com o bloco soviético, “deveu-se ao receio das consequências políticas e económicas, sobretudo com as comunidades cabo-verdianas na diáspora em que as respostas não se encontravam nos países socialistas.” (GONÇALVES, 2010 p 27).

A proposito dessa relação com a ex-URSS, uma delegação cabo verdiana chefiada pelo Pedro Pires (Chefe de Governo), a visitar os EUA, no intuito de esclarecer qualquer dúvida em relação ao futuro político de Cabo Verde e manifestar o interesse na cooperação com os EUA.

Os EUA estavam receosos em relação a Cabo Verde, porque via os alinhamentos que os países africanos estavam estabelecendo com o lado comunista, a título de exemplo, Angola e Moçambique, e, portanto, para eles, Cabo Verde também era um território estratégico para a URSS. Havia uma desconfiança de que o país poderia ser transformado numa base naval russa, devido a relação de amizade e cooperação que o PAIGC tinha com Moscou, durante a guerra de libertação. Além do fato de que, os governos de Angola e Moçambique pelos grandes apoios que receberam da URSS e de Cuba, estes adotaram o regime pró soviético e se tornaram duas bases para estratégia russa na área. Os EUA chegaram a advertir os dirigentes de Cabo Verde de que não iam tolerar o “nascimento de mais uma Cuba no Atlântico” (GRAÇA, 2004, p 217).

Cabo Verde tinha a consciência da sua situação interna e da necessidade de captar o máximo possível de recursos para o seu desenvolvimento e daí que o pragmatismo teria que ser o seu “grito de guerra”, e, portanto, nenhum país que teria como conceder recursos poderia ser descartado, daí a Europa e os EUA serem fulcrais para Cabo Verde. Pois, para além dos recursos financeiros, eram nesses continentes que se encontravam as maiores comunidades de emigrantes cabo-verdianos, e as suas remessas eram um dos pilares para a economia de Cabo Verde:

“Cabo Verde era um país totalmente dependente da ajuda externa. Criamos o conceito de autonomia relativa, com o propósito de diversificar as nossas relações. Quanto mais parceiros de desenvolvimento, tivéssemos menos dependentes, estaríamos de um ou outro lado” (GRAÇA, 2004 p 219).

Assim sendo, para evitar qualquer equívoco de leitura em relação ao posicionamento e atitudes por parte do governo de Cabo Verde, Pedro Pires, o então Primeiro Ministro do país junto com uma delegação, foi aos EUA com o objetivo de desfazer qualquer dúvida/desconfiança em relação à política Externa de cabo-verdiana. O PAIGC sabia que o país se erguia no Concerto das Nações e que precisava de todos para conseguir a sua afirmação.

As ações diplomáticas do PAIGC junto a Casa Branca foram consideradas por muitos, o fator que propiciou a disponibilidade dos EUA em se tornar como um dos primeiros e principais parceiros do Novo Estado. Segundo Aristides Pereira “uma das contribuições mais significativas que recebemos logo no início [da independência] foi da administração Ford que pôs à nossa disposição uma ajuda escalonada de três milhões de dólares.” (GRAÇA, 2004 p. 220), que serviu de ponto de partida para a sustentabilidade econômica que país precisava.

Outro caso foi a Grã-Bretanha, que deixou algumas marcas de frieza na relação com o país, quando este, durante a guerra das Malvinas (1982) recusou o pedido de permitir que aeronaves ou navios ingleses aportassem no território ou utilizassem o aeroporto do Sal durante a retomada das ilhas Malvinas para reabastecer, e que Senegal acabou resolvendo a situação, disponibilizando seu aeroporto. Poderá ter sido este motivo pelo qual Cabo Verde ficasse por muito tempo, fora da lista dos países que beneficiavam da cooperação bilateral com o Reino Unido.

Nos anos que se seguiram à independência, Cabo Verde procurou estabelecer relações de cooperação com todos os países inclusive com a ex. metrópole. Diga-se de passagem, que Cabo Verde foi o primeiro a (re) estabelecer relações com Portugal e servindo de intermediário entre a ex. metrópole e as outras ex. colônias. Pois, o relacionamento que Cabo Verde estabelecia no âmbito internacional seria determinante para o seu desenvolvimento, tendo em vista a dependência externa que o país tinha.

Por isso, Cabo Verde procurou manter boas relações de cooperação com ambas as potências militares. Com a ex-URSS, conseguiu apoio para a construção de alguns portos, formação de quadros superiores e militares e com os EUA, a ajuda alimentar, apoio à luta contra a desertificação, algumas bolsas de estudos e principalmente a absorção de mão-de-obra dos emigrantes cabo-verdianos. Segundo Abílio Duarte (Ministro dos Negócios Estrangeiros):

“Todos, de uma maneira geral, queriam pôr-nos no jeito deles, mas não aceitamos nunca que ninguém, fosse do Leste ou do Ocidente, transformasse Cabo Verde numa base. E também não aceitamos que a posição estratégica do nosso país fosse utilizada para agredir outro Estado” ( LOPES, 2002 apud GONÇALVES 2010 p 30).

Pois, alinhar com algum lado significaria a perda da liberdade de ação política e do comprometimento do futuro de Cabo Verde.

Segundo Cardoso, “(...) duas opções restam a um pequeno país no mundo em que dominância e poderio sejam os traços fundamentais: ou a de integrar-se num dos campos em confronto ou a de apostar em fazer compreender aos outros que não é nem será nunca parte de um processo conflituoso (...)” (CARDOSO, 1986, p. 19).



No contexto da bipolarização internacional, a questão da segurança do território e da soberania eram pontos prioritários da política externa do país, e que foi colocada em causa várias vezes, visto a situação estratégica do país e da tensão mundial e por isso, Cabo Verde tratou de aplicar a sua posição de país não alinhado, começando por afirmar que o país não iria servir de base militar a nenhum país.

A estratégia dos governantes era de estabelecer contatos com vários países independente das suas ideologias ou se fosse aliado do bloco socialista ou americano, pois o objetivo era de chamar a atenção para a realidade do arquipélago. Até porque, havia um fato com muito peso que era a emigração. Esta, muito condicionava as relações de e com Cabo Verde. De modo que Cabo Verde procurou dar uma atenção especial às relações com países que acolhiam os seus emigrantes visando defender os interesses da diáspora e também fazer com que não se “desconectassem” das suas raízes, isto é, manter uma ligação estreita entre eles e o seu país.

“(…) naquele ambiente estratégico internacional, os interesses em jogo no xadrez mundial davam ao país uma relativa liberdade de ação no contexto internacional, e a forma como o quadro geoestratégico era explorado pelo Governo de Cabo Verde permitiu-lhe aumentar o potencial estratégico do país, por passar a contar (Gonçalves, p 223) “(…) com um lote bastante significativo de parceiros (...) segundo moldes e objetivos por nós definidos”. (MNE, 1991, apud GONÇALVES, p 223).

Ainda em relação ao não alinhamento, alguns autores consideram que houve um não alinhamento mitigado por parte dos governantes cabo-verdianos, não só como estratégia para beneficiar da ajuda dos dois blocos, mas porque na prática, tinham uma política marxista-leninista e na retórica política diziam pertencer aos grupos dos não alinhados.

Por outro lado, há quem defenda que a posição de não alinhamento, foi por que Cabo Verde não tinha outra opção a não ser, abrir mão dos seus dogmas ideológicos “(…) a extrema dependência da ajuda [externa] (...) inviabilizaria qualquer postura radical, dentro do contexto do conflito entre os blocos (...). Cabo Verde tinha que se mostrar flexível.” (CARDOSO 1993 apud GRAÇA, 2004 p225).

Para outros autores, como por exemplo, Renato Cardoso, Cabo Verde, na intenção de aproveitar as vantagens e oportunidades que o contexto político internacional disponibilizava,

o país adota uma política que “(...) serviria os seus interesses, que permitisse ao Estado de Cabo Verde mobilizar os recursos de que necessitava para promover o seu desenvolvimento.” (GRAÇA, 2004 p 226).

A política de não alinhamento mostrou ser viável e possibilitado o ganho de credibilidade, respeito e apreço a Cabo Verde. Entretanto se deve ter em vista que esta política não deve ser entendida como uma política passiva, ou significava uma neutralidade total ou indiferença, mas uma atitude que busca a maior participação e a defesa de valores novos que beneficiem a estabilidade, o relacionamento passivo e a solidariedade entre todos e defendem os interesses nacionais.

Com uma participação modesta e pragmática, ciente da sua fragilidade e perante o contexto internacional, com as tendências expansionistas de potências (econômicas e militares) no contexto de Guerra fria, Cabo Verde procurou resguardar a sua soberania por via da sua relativa neutralidade ideológica e de uma significativa ação diplomática junto a organismos internacionais.

Cabo Verde foi profundamente condicionado, nas suas opções externas, pela configuração do sistema político internacional. Se pode considerar que os dirigentes do país, souberam fazer uma leitura oportuna da conjuntura internacional e ampliar seus horizontes de ação, principalmente baseado no princípio do não alinhamento, que foi um dos pilares da orientação da política externa do país. Além de definir princípios como o pragmatismo, diversidade e multiplicidade de parceiros para conseguir os recursos de que o país necessitava para “(...) viabilizar o seu desenvolvimento, ao lado de uma vontade de querer construir um país viável e economicamente sustentado.” (GRAÇA, 2004 p 226).

## **2.4. AS RELAÇÕES COM O CONTINENTE**

O continente africano passava por grandes transformações históricas, as guerras de libertação nacional, ascensão de novos Estados, tensões políticas e étnicas, o desenrolar de guerras civis, e entre outros o regime do apartheid na África do Sul.

Uma das linhas de ação da política externa de Cabo Verde que vigorava com força nesse momento foi a de integração regional e o desenvolvimento e manutenção da política de

boa vizinhança com as principais potências através da participação nas instituições multilaterais como a ONU, UE, UA, CEDEAO, CPLP, entre outros.

As relações com o continente provêm desde o período das lutas de libertação nacional, mas que, num contexto de uma região politicamente instável, com “Estados frágeis”, como se configurava os Estados africanos, possibilitou um destaque para a política externa cabo verdiana, que se orientava pelo estreitamento das relações com os vizinhos, a integração na sub-região do oeste africano e a participação nas organizações regionais já (UA, a CEDEAO, o CILSS entre outros) e ganhando visibilidade e credibilidade pela forma como lidava com os conflitos regionais no continente, como foi o caso do conflito Angola-África do Sul.

É interessante notar que os princípios (soberania e unidade nacional, pragmatismo, não alinhamento) que foram definidos como diretrizes principais da política de relacionamento do Novo Estado, vão constituir uma preocupação que trespasa o período político em questão. E para além desses princípios, o Governo adotou uma política de solidariedade com os parceiros africanos como foi com o MFA, apoiou o projeto da construção da UA e valoriza as relações multilaterais no âmbito da ONU.

Ainda no âmbito das relações africanas, a Nigéria foi outro país que se conseguiu boas relações, o que era significativo para Cabo Verde, tendo em vista o peso que esse país tem no continente. Essa relação, já vinha dos tempos das lutas de libertação, em que Yakubu Gowon<sup>19</sup>, presidente na altura, deu grandes ajudas para Cabo Verde nesse período e logo depois da Independência, foi um dos primeiros a fornecer uma ajuda financeira a Cabo Verde.

Um dos jogos diplomáticos foi o dossiê África do Sul que revelou ser uma das investidas mais importantes levadas a cabo pelos governantes cabo-verdianos e para o bem do interesse nacional.

Na IX Cimeira da OUA em junho de 1971, em Addis Abeba, a maioria dos países participantes votou contra o diálogo com a África do Sul. A proposta foi de Houphouët-Boigny<sup>20</sup> (presidente da Cotê d’Ivoire) por crer que um diálogo com a “África independente”

---

<sup>19</sup> Yakubu Gowon, 1937, presidente da Nigéria por duas vezes, de 1976 a 1979. E de 1999 a 2007. In LOPES, José Vicente. “Aristides Pereira, Minha Vida, Nossa História”. Spleen edições, Cabo Verde, Cidade da Praia, 2012, 409p.

<sup>20</sup> Félix Houphouët-Boigny. 18/10/1905. O primeiro Presidente da Costa do Marfim, de 03/11/1960 até sua morte em 07/12/1993. Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#sourceid=chrome-psyapi2&ie=UTF-8&q=houphouet-%20boigny>.

pudesse levar a uma mudança de regime do apartheid: “o verdadeiro objetivo era tirar o regime da África do Sul do isolamento, melhorar a sua imagem, legitimando aos olhos do mundo” (CARDOSO 1986, p 47).

Entretanto, as negociações com a África Austral tomam outro rumo, sendo conduzida por países que conquistaram as suas independências pela força, e nesse sentido, não querendo mais este cenário de sangue, queriam por um fim à situação de guerra, não reconhecer o regime sul-africano e não alterar a percepção do caráter inaceitável do apartheid.

A posição de Cabo Verde motivou tanto do lado ocidente, um desconforto/desconfiança, assim como protesto por parte de certos governantes dos países africanos e no seio da OUA. Cabo Verde se mostrou firme na sua posição e não abriu mão de manter os voos da South Africa Airways (SAA), na medida em que as taxas e os impostos decorrentes dos serviços prestados aos sul africanos eram de grande importância para o orçamento do país. “Os Estados organizam a sua política externa não de uma forma arbitrária, mas de um modo racional, e que as opções arbitrárias configuram uma irresponsabilidade política pelo qual se pode pagar caro” (BESSA&DIAS, 2007, apud GRAÇA, p 218). Essa ideia se aplica no caso de Cabo Verde e a sua relação com os demais membros da OUA, que consideravam que essa atitude era um desvio aos princípios que defendiam em relação a países como a África do Sul.

A SAA fazia cerca de 416 voos e escalas anuais no aeroporto Amílcar Cabral na ilha do Sal e que rendia ao país cerca de 25,4 milhões de dólares (31% do PIB, avaliado em 80 milhões de dólares pelo Banco Mundial) (LOPES, 2002 apud GONÇALVES 2010 p 31). Assim sendo, se Cabo verde aderisse ao embargo das linhas aéreas sul-africanas e as sanções impostas pelos outros países, o arquipélago ficaria numa situação extremamente delicada.

O então Primeiro Ministro, Pedro Pires tratou de dar garantias à companhia aérea SAA de manter aberto o aeroporto da ilha do Sal para os voos da companhia:

“Dei garantias de que os aviões da SAA poderiam continuar a escalar o aeroporto do Sal. Para mim era indispensável dar garantias aos sul-africanos e aos americanos de que não iríamos ser radicais nessa matéria. A nossa mensagem é de que iríamos ser sensatos e que saberíamos respeitar os interesses de uns e de outros” (in Lopes, 2002, apud Gonçalves 2010 p 32).

Tal atitude acarretou críticas duras por parte dos outros governos africanos que não entendiam a postura dos governantes cabo-verdianos, chegando a acusar o país de tomar posições pró- imperialistas. Foi um assunto bastante polêmico e discutido principalmente na OUA, nos Conselhos de Ministros.

Embora não se tenha chegado a algum entendimento, a OUA colocou a hipótese de assumir os prejuízos financeiros de Cabo Verde, mas não chegou a concretizar porque Cabo Verde preferiu “jogar pelo seguro” e continuar com os voos da SAA.

Ainda, ficou acordado com a compreensão da OUA que alguns países poderiam manter relações com a África do Sul, tendo em conta a dependência econômica desses países em relação à África do Sul, o que acabou legitimando a posição tomada por Cabo Verde. “Na altura, seja qual for o entendimento sobre a decisão de Cabo Verde no concernente ao dossiê sul-africano, parece ter ficado suficientemente provado de que a decisão foi oportuna e acertada, mesmo não sendo politicamente correta.” (GONÇALVES, 2010 p 32).

A atitude de Cabo Verde em não fechar as portas para a África do Sul se revelou muito útil para a promoção do dialogo na África Austral. Obviamente que a participação de Cabo Verde, não era somente por solidariedade ou amizade que tinha com as partes envolvidas, mas tinha todo um interesse na resolução desse conflito.

Era essencial que aqueles que faziam parte dos chamados o Grupo dos CINCO (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) estivessem em plena capacidade de executarem os programas para o desenvolvimento econômico e social. E no âmbito da cooperação entre eles, haviam vários projetos que não estavam sendo levados a cabo por causa dos conflitos na região, criando instabilidades e por isso as prioridades eram outras e mais urgentes, além de que, pela sua posição geográfica e política, Cabo Verde poderia não ficar imune à deterioração da situação de guerra da República Popular de Angola (RP)A. Portanto, era de todo interesse do Governo cabo-verdiano, que principalmente Angola e Moçambique conseguissem salvaguardar as suas integridades territoriais e sua soberania e contribuir pela paz regional, por acreditar que a independência desses países é extremamente importante para a concretização dos projetos de desenvolvimento e cooperação.

Neste contexto, Cabo Verde ganha visibilidade e acaba sendo palco de várias negociações entre os governantes sobre a situação de conflito na região, muito pela forma como lidou com a situação. Primeiramente, Agostinho Neto, na altura o Presidente de Angola, chamou o Aristides Pereira, presidente de Cabo Verde, durante a Conferência de Chefes de Estados da OUA, em Monrovia (julho, 1979), para fazer parte dos seus planos de paz na África Austral. Neto também procurava promover a unidade nacional, além de abrir espaços para negociações diretas com a África do Sul a fim de promover a paz naquela região. Essas negociações deveriam levar em conta o processo de independência da Namíbia e a cessação continua das agressões armadas sul-africanas contra os países independentes da região.

A intenção era usar Cabo Verde como palco dos primeiros encontros entre a RPA e a África do Sul e de mediador na sua preparação. Esta escolha de Neto, muito baseava na amizade que tinha com Aristides Pereira e a simpatia por Cabo Verde, visto que entre o PAIGC e o MPLA já existiam fortes laços de solidariedade, desde a luta pela libertação, a invasão de Angola pela África do Sul (1975), a normalização das relações com Senegal, entre outros episódios. O que faz com que a política de Cabo Verde fosse credível, séria e eficaz até perante os seus adversários, o que lhe tornava uma das melhores opções como mediador entre os inimigos.

Os dirigentes de Cabo Verde, sempre procuraram colocar os interesses do país em primeiro lugar, daí que sempre mantiveram a posição de não alinhamento com nenhum bloco, ou de ir com os outros quando se tratava de alianças por conta de guerras, como foi o caso de Angola e África do Sul. Obviamente, sempre tem um lado pela qual se tem mais simpatia, o que no caso, desses dois países, Cabo Verde e Angola já vinham de uma relação de solidariedade e amizade desde a luta de libertação contra Portugal. É nesse sentido, que separavam os lados, por exemplo, a Europa sempre foi o parceiro econômico, do ponto de vista político, se deveria fazer maior integração com a África, como ressalta Aristides:

“Há uma verdade muito simples: nós estamos em África; portanto, devemos incrementar ao máximo a nossa integração africana. Agora, do ponto de vista econômico, o nosso parceiro é a Europa. [...] Temos de ver as diversas correntes que sejam mais ou menos favoráveis para Cabo Verde” (LOPES, 2012, p 394).

Esse momento da história foi o ponto alto da diplomacia cabo-verdiana, visto que, na altura, nenhum governo africano falava com a África do Sul, enquanto a SAA não tinha problemas em fazer uso do aeroporto do Sal, o que muitos chefes de Estados desaprovaram. Mas por uma questão de interesse para Cabo Verde, os dirigentes mantiveram a sua posição e aos olhos dos sul africanos, isso significou maior confiança e possibilitou que Aristides Pereira conseguisse buscar um diálogo entre Angola e a África do Sul, pois tinha a confiança dos dois.

Ainda no continente, outro episódio que colocou em prova a capacidade diplomática do PAICV foi o conflito de Angola, em que Cabo Verde prestou apoio deixando que os aviões cubanos (transportavam militares e equipamentos para Luanda) utilizassem o aeroporto da ilha do Sal. Foi um grande desgaste diplomático nos anos compreendidos entre 1981 e 1984, eram muitas pressões sobre o arquipélago, que os angolanos e os cubanos começaram a procurar alternativas noutros países situados na costa africana, mas sem sucesso.

No Caribe, as relações sempre foram mais com Cuba, desde a luta da libertação, até porque havia ainda muita dificuldade em fazer e manter os contatos com regiões/países muito distantes. Por causa dessa relação, conta Aristides, que os cubanos deram Cabo Verde por adquirido e começaram a usar o aeroporto do Sal, como ponto de escala para Angola, durante o a guerra.

O problema era pelo fato de não darem aviso prévio nem nada, e estarem a usar o aeroporto conforme a sua vontade, transportando soldados cubanos para Angola. Daí que um dos aviões foi retido no Sal, sobre o aviso que eles não podiam usar o aeroporto dessa forma. Os cubanos alertaram Agostinho Neto, que era o maior interessado no envio das tropas cubanas para Angola e pediram também a Luís Cabral (presidente da Guiné Bissau) para interceder junto ao Aristides Pereira. E como explica este último, no fundo, não era uma questão de não querer que aviões cubanos usassem o aeroporto, mas uma questão de impor Cabo Verde como um Estado soberano e que nenhum país poderia sentir no direito de dispor do país, no caso, o aeroporto, como bem entendesse.

Mas apesar disso, não afetou as relações nem com Cuba nem com Angola, aliás, Neto entendeu a posição de Cabo Verde, tanto neste caso como em relação a África do Sul, que também podia usar o aeroporto do Sal. E se pode dizer, que foi devido a esta posição de Cabo Verde de não alinhamento e de um pragmatismo em relação ao seus parceiros, EUA, Cuba,

Angola, África do Sul e outros, que deu ao país um papel importante de mediador e/ou facilitador no desfecho do conflito da África Austral.

Cabo Verde mostrou que os interesses nacionais estariam sempre em primeiro plano. Como entende o diplomata Manuel Amante da Rosa: “[...] a premissa pragmática de que a política externa de Cabo Verde deve ter por finalidade última a sustentação dos seus interesses nacionais” (GONÇALVES, 2010 p33).

## **2.5.EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO**

Como já se expôs os governantes cabo-verdianos sabiam das suas limitações e consciente desses riscos e da sua situação de fraqueza e de dependência externa, procuraram alargar seu espaço de cooperação salvaguardando as suas opções de unidade nacional, de diálogo e de não alinhamento e se colocando sempre numa posição em que facilitasse a cooperação assegurando o respeito pela posição política dos parceiros e pelo seu programa de desenvolvimento econômico e social. Isso foi o que se chamou de uma estratégia de prevenção.

Neste sentido Cabo Verde procurou seguir uma política, que segundo Cardoso (1986), seria uma “política de cooperação diversificada”, em que se busca um programa de desenvolvimento nacional e em simultâneo, procura a confiança e o respeito dos parceiros de cooperação sem que lhe impeça de afirmar as suas opções políticas.

Ainda no plano de estabelecer e manter as relações internacionais, Cabo Verde foi o primeiro dos PALOP a reestabeleceras relações com Portugal, pelos motivos, aqui já conhecidos, de conseguir vantagens para o país.

A ação da política externa presidia pelo reforço da sua credibilidade internacional e a aproximação sistemática às instituições políticas multilaterais, particularmente as que concedem ajuda pública ao desenvolvimento ou financiadoras de créditos internacionais.

Por conseguinte, havia a preocupação de estreitar as relações com o continente americano, mais propriamente, com os EUA e o Canadá. Essa relação parte de uma estratégia global de desenvolvimento que privilegia a inserção mais ativa de Cabo Verde na economia



mundial, a diversificação de parceiros estratégicos. A cooperação em particular com EUA e Canadá, baseia-se na atração de investimento externo, cooperação empresarial e descentralizada. E com os países da América Latina, cooperação técnica, incremento das relações comerciais, formação e qualificação dos recursos humanos entre outros.

A política norte-americana era norteadada, na relação com Cabo Verde, por duas prioridades basilares: compromisso político com a segurança coletiva visando o combate à criminalidade transnacional e apoiar a transição e emancipar Cabo Verde da sua dependência estrutural para o investimento e o comércio, através da captação de oportunidade de negócio susceptíveis de gerar riqueza interna e promover o crescimento económico. É no âmbito dessas prioridades da política norte-americana, que “Cabo Verde tem sido recipiendário, desde os primórdios da independência nacional, da ajuda humanitária de emergência e assistência económica por parte dos EUA.” (COSTA, 2012 p 247).

Outro o continente que Cabo Verde buscou cooperação foi continente asiático, até por que, já havia uma cooperação com a China, desde a independência, abrangendo áreas como a de infraestrutura do país a ajuda alimentar e assistência técnica. A orientação da políticas externa para o reforço das relações de cooperação política e económica com os países asiáticos, especificamente com a República Popular da China e o Japão fazia parte dessa lógica de diversificação estratégicas de parcerias e para a China, Cabo Verde seria como uma “porta de entrada” para a África. Entretanto, ao contrário do que acontece com os EUA ou com a Europa, que as relações de cooperação são vinculadas com o respeito a certos princípios como estabilidade política, a cultura da paz, a promoção dos valores democráticos e o respeito pelos direitos humanos, entre outros, as relações de cooperação com a China não assentavam em nenhum critério a não ser o seu carácter mutuamente benéfico, a ajuda externa e acesso ao mercado africano.

Os dirigentes cabo-verdianos sempre procuraram escorar as potencialidades estratégicas da sua posição geográfica tornando-a num instrumento político e de poder na sua relação com as potências internacionais e organizações multilaterais: “O viés assaz desenvolvimentista legitima, per si o pragmatismo (ou “utilitarismo”) da política externa cabo-verdiana e a sua inserção em múltiplos, e quiçá contrastantes, espaços de cooperação e integração regionais” (COSTA, 2012 p 249).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabo Verde buscou ativamente a consolidação da sua unidade tanto a nível regional como a nível continental. Uma das linhas de ação da política externa de Cabo Verde que vigorava nesse momento foi a de integração regional e o desenvolvimento e manutenção da política de boa vizinhança com as principais potências através da participação nas instituições multilaterais como a ONU, UE, UA, CEDEAO, CPLP e uma participação mais proativa nas organizações regionais, como a União Africana, a CEDEAO, o CILSS entre outros, além da reativação política dos CINCOS (PALOP) e a realização da integração econômica e do estabelecimento de posições perante problemas comuns para o reforço da independência e autonomia da África Ocidental.

Os princípios da política externa de Cabo Verde nos seus primeiros anos de independência foram semelhantes à maioria dos países africanos que também ascenderam a independência (década de 60/70), que foi primeiramente o princípio do não- alinhamento. Apesar de Cabo Verde sempre se definir como um país não-alinhado, na prática os governantes se aproximavam mais do bloco soviético, mas no discurso, dava espaço para, pelo menos duas leituras, daí que alguns autores consideravam este não alinhamento como um não- alinhamento mitigado, por salvaguardar os apoios dos dois blocos- EUA e URSS- que dominavam o cenário internacional

Entre a retórica discursiva, o argumento político e a prática institucional se constatava uma boa distância entre eles. Com a consolidação das relações com as potências economicamente mais dinâmicas, foi afastando Cabo Verde das plataformas de cooperação com a sub-região africana e há uma alteração no discurso em relação as relações políticas e aos laços de integração econômica no continente africano orientando-se para uma integração mais dinâmica na economia mundial, em busca de uma solução mais pragmática e para assegurar a sustentabilidade e a viabilidade do desenvolvimento do país.

O argumento político assume uma “duplicidade discursiva”, isto é, de um lado, se busca a aproximação e intensificação das relações com UE e a incorporação do arquipélago nas Regiões Ultra periféricas da União Europeia e por outro lado, o reforço da sua integração regional na África Ocidental. “A lógica de atuação política continua a ser, marcadamente, desenvolvimentista, de captação e alocação dos recursos, embora num contexto onde a

ambivalência prática e discursiva é encapotada pela retórica do “pragmatismo” (COSTA, 2012 p 242).

Outra questão foi a defesa da diáspora cabo verdiana nos países de acolhimento, e a mobilização dos parceiros externos, que foram também determinantes tanto na condução da política externa como para a própria sobrevivência do país, principalmente nos primeiros anos da independência.

Internamente, vigorou o regime de partido único, que chegou ao fim, em 1990 com a abertura política e a conseqüentemente a implementação da democracia. Apesar do regime (autoritário), Cabo Verde sempre apostou na resolução de conflitos pela diplomacia de paz e dialogo e por isso, foi mediador por unanimidade no conflito da África Austral e o arquipélago foi palco para os encontros entre as partes envolvidas nos conflitos, ganhando mérito e reconhecimento pela sua postura e pela forma como serviu de mediador.

As ações diplomáticas de Cabo Verde possibilitaram que com a cooperação internacional, pudesse ser construída no país, algumas infraestruturas importantes, enviar estudantes com bolsas ao estrangeiro para formação em áreas estratégicas (medicina, agronomia, economia) e criar condições internas para formação técnica em setores como agricultura, pesca e construção naval. Segundo os autores, “Cabo Verde foi durante a Primeira Republica (1975-1990) um dos países pobres que mais ajuda per capita recebeu” (COSTA & PINTO, 2014, p. 270).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMADO, Leopoldo. **“África ante o legado político de Amílcar Cabral”**. Projeto Guiné-Bissau, 10.05.2003. Disponível em: <http://www.didinho.org/afrikaanteolegadopoliticodeamilcarchabral.html>. Acesso em 26/04/2014.

ANDRADE, Elisa. **“A luta de libertação de Cabo Verde não foi circunstancial nem a sua independência veio por arrastamento”**. Liberation Afrique, Setembro, 2005. Disponível em: [http://www.liberationafrique.org/imprimersans.php3?id\\_article=872](http://www.liberationafrique.org/imprimersans.php3?id_article=872). Acesso em 29/04/2014

CABRAL, Amílcar. **“Unidade e Luta”**. 2º. Ed. Seara Nova, Lisboa: 1978.

CARDOSO, Renato. **“CABO VERDE, Opção para uma Política de Paz”**, Instituto Cabo-verdiano do Livro, Praia, Cabo Verde. 1986.

COSTA, Suzano. **“A Política Externa Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, a Europa e as Américas”**, in SILVA, Mário, PINA, Leão & MONTEIRO JR., Paulo (Org.), Estudos Comemorativos do V Aniversário do ISCJS, Praia: ISCJS, 2012, pp. 331-372.

ÉVORA, Roselma. **“A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde”**. Universidade de Brasília, Departamento de Ciência Política, mestrado em Ciência Política, 2001.

GRAÇA, José Antônio. **“A gênese da Política Externa de cabo-verdiana”**. Revista Científica de Academia Militar, Cabo Verde, 2004.

GONÇALVES, António Mendes. **“Política Externa de Cabo Verde de 1975 a 2008”**, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade e Lusíada de Lisboa, 2010.

HERNANDEZ, Leila. **“As rotas para a independência e o fim do Ultracolonialismo”** In: A África na sala de aula: visita à história contemporânea. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008

LOPES, José Vicente. **“Aristides Pereira, Minha Vida, Nossa História”**. Spleen edições, Cabo Verde, Cidade da Praia, 2012.

MARTINS Anildo; LUCAS, Belarmino; FORTES, Corsino; NEVES, Edeltrudes; FURTADO, Franklin; FONSECA Jorge Carlos; SEMEDO, Manuel Alfredo; ARAÚJO, Rui; SANTOS, Ulisses e BRITO, Wladimir: **“ Cabo Verde. Três Décadas depois”**. Ano VIII. Número Especial. Praia, Cabo Verde, 2007.

Lima, Aristides R. **“A Constituição do Estado de Direito Cabo-verdiano”**. In Cabo Verde. Três Décadas Depois. 2007 p 13.

Silva, Ulisses Correia. **“Cabo Verde: três décadas da economia à luz da Constituição e da praxis governativa”**. In Cabo Verde. Três Décadas Depois. 2007 p 79.

Monteiro, Simão. **“Justiça cabo-verdiana: 30 anos depois- Uma retrospectiva histórica e uma perspectiva futura”**. In Cabo Verde. Três Décadas Depois. 2007 p 193.

MOITA, Luís. **“Elementos para um balanço da descolonização Portuguesa”** Revista Crítica de Ciências Sociais nº, 15/16/17, maio 1985.

PINA, Delgado José, VARELA, Barros Odair e COSTA, Suzano (orgs), **“As Relações Externas de Cabo Verde”**, (RE) Leituras contemporâneas, Praia, Editora ISCJS, 2014.

COSTA, Suzano e PINTO, Jorge Nobre. **“A Política Externa Cabo-verdiana num Mundo Multipolar: entre a Ambivalência Prática e a Retórica Discursiva”**. In As Relações Externas de Cabo Verde, (RE) Leituras contemporâneas, Praia, Editora ISCJS, 2014. (Dúvidas).

GONÇALVES, Williams. **“Política Externa: Dimensões, Actores e Modelos”** In As Relações Externas de Cabo Verde, (RE) Leituras contemporâneas, Praia, Editora ISCJS, 2014.

SANTOS, Maria Emília Madeira; SOARES, Maria João E TORRÃO, Maria Manuel Ferraz: **“História Concisa de Cabo Verde”**. 1ª ed, Lisboa : Inst. de Investigação Científica Tropical ; Praia : Inst. da Investigação e do Património Culturais, Novembro, 2007.

WOOLLACOTT, John. **“A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal”** University of Manchester Análise Social, vol. xix (77-78-79), 1983-3.º, 4.º 5.º, 1131- 1155.

Fundação Amílcar Cabral: **“Cabral no cruzamento de épocas: Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral”**. Editora: Praia: Alfa Comunicações, Cabo Verde, Setembro 2005.

## APÊNDICES:

### APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Como forma de atribuir mais credibilidade ao trabalho de conclusão de curso em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília- UnB venho por este meio, solicitar a colaboração para responder a este questionário, de forma que se tenham mais informações para complementar o trabalho. O esclarecimento de toda e qualquer informação será de uso exclusivo do âmbito acadêmico e direcionada somente para complementar o TCC (monografia).

Questões referentes à formulação e configuração da política externa de Cabo Verde

- 1) Quando Cabo Verde se torna independente, a situação interna chegava a se configurar caótica, daí que, além dos dirigentes terem a árdua tarefa de (re) estruturar e organizar o país, havia a preocupação em “colocar” Cabo Verde no mapa.
  - a) Como foi a receptividade do mundo para Cabo Verde, como um Estado independente e soberano?
  - b) Como foi o processo da formulação da Política Externa (PE) nos primeiros anos do Novo Estado?
  - c) Num primeiro momento, quais eram os objetivos a serem atingidos pela PE?
  - d) Como foi a estruturação do Ministério das Relações Exteriores, anteriormente conhecido como Ministério de Negócios Estrangeiros?
  - e) Quais eram as áreas prioritárias para a ação da PE no período em questão?
  - f) Durante esse intervalo de 15 anos, houve alguma alteração dos objetivos da PE, tendo em conta a volubilidade da conjuntura internacional e dos interesses nacionais?
- 2) Levando em conta que quando Cabo Verde se torna independente, o mundo vivia naquilo que se denominou Guerra Fria, isto é, disputas ideológicas entre os EUA e a URSS, além dos conflitos de natureza política, religiosa ou econômica que ocorriam no Continente africano.
  - a) Qual foi a importância do país perante a comunidade regional e internacional no período de 1975 a 1990?
  - b) Em sua opinião, que lugar, Cabo Verde ocupou no continente africano, nomeadamente na sub-região da África Ocidental no período em estudo (75-90)?
  - c) Quais foram as organizações internacionais que Cabo Verde procurou fazer parte. E o que isso significou para Cabo Verde em termos de *outcomes*?
  - d) Quais foram os principais parceiros do país nesse período?

3) A relação ao Bloco Socialista/soviético: A URSS desde cedo apoiou as causas do continente africano, nomeadamente as lutas de libertação nacional. Assim sendo, há uma aproximação natural dos países africanos com o bloco soviético, e Cabo Verde não foi exceção, apesar de sempre afirmar uma política de não alinhamento com nenhum dos blocos (EUA, URSS). A ex. URSS deu apoio em áreas chave para o desenvolvimento de Cabo Verde, como na formação de quadros.

a) Até que ponto foi a relação entre Cabo Verde e os países do bloco soviético? Quais foram os países que mais apoiaram Cabo? E qual o impacto desse apoio no país?

4) No período em questão Cabo Verde tinha um regime monopartidário. Até que ponto este regime influenciou ou não as relações internacionais do país?

## ANEXOS:

### ANEXO I: RESPOSTA ANDRÉ CORSINO TOLENTINO

#### *Biografia*

#### *André Corsino Tolentino*

Diplomata e investigador. Foi consultor da UNESCO, do PNUD e do Banco Mundial. Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa, é Mestre em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Minnesota (EUA), diplomado em Gestão da Educação pela Universidade de Harvard (EUA), licenciado em Gestão e Administração Pública pela Universidade Técnica de Lisboa (Portugal). Estudou também na Bélgica e na Rússia.

Em Cabo Verde, frequentou a escola primária na ilha de Santo Antão e o liceu em Mindelo, ilha de São Vicente. Entre outras funções, foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (1975-1977), Embaixador (1981-1984), Ministro da Educação (1984-1991) e, em Portugal, diretor da Fundação Calouste Gulbenkian (2000-2006). Trabalhou em países tais como Estados Unidos da América, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste.

Querida Kathleen,

Aproveitei a viagem da Índia ao Reino Unido e Portugal, para recuperar o tempo perdido e responder ao teu questionário, faço-o de cabeça e deixo clara a possibilidade de acrescentar algum esclarecimento que me pedires. Desejo-te a continuação de um bom TCC.

Cordialmente,

Corsino Tolentino

**1 a)** De forma sumária pode dizer-se que o período da guerra fria caracterizava-se pela confrontação política, diplomática, económica e militar entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, o Ocidente contra o resto do planeta e a afirmação do Movimento dos Países não Alinhados. Os anos 70 do século XX eram favoráveis aos movimentos de libertação nacional. Nesse contexto é que Cabo Verde emergiu como país soberano de pequena dimensão. Essa característica adversa contrastava com duas circunstâncias positivas: o prestígio do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na luta contra o sistema colonial e a emigração para países



ocidentais como os EUA, a Holanda, a França e a Itália. A receptividade política foi muito boa, mas a avaliação económica do potencial de Cabo Verde para se afirmar e desenvolver-se como nação soberana era caracterizada pelo cepticismo.

É autor de ensaios e artigos publicados em jornais e revistas. A Fundação Calouste Gulbenkian publicou «*Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O Caso de Cabo Verde*» baseado na sua tese de doutoramento, 1ª e 2ª edição, 2007, Lisboa. Em 2008 a ACIDI, Lisboa, publicou «*A Importância e o Impacto das Remessas dos Imigrantes no Desenvolvimento de Cabo Verde*» em colaboração com Carlos Rocha e Nancy Tolentino.

Foi distinguido com a Grã Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (Portugal), a Ordem Amílcar Cabral (Cabo Verde) e prémios internacionais. É membro do painel da CEDEAO para a Ciência e a Tecnologia e Sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Fundou o Instituto de África Ocidental (IAO) em 2010 e é membro-fundador da Academia das Ciências e Humanidades de Cabo Verde.

Cidade da Praia, 2014

**B)** A formulação da política externa de Cabo Verde foi pragmática e teve cinco factores básicos em conta: 1) a pequenez do país e a escassez de recursos económicos; 2) a importância vital das organizações regionais e mundiais como, por exemplo, a Organização da Unidade Africana (OUA) e a Organização das Nações Unidas (ONU), na defesa da igualdade formal dos países soberanos perante a lei internacional; 3) a ajuda política e militar recebida dos países socialistas como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os seus aliados na Europa, a China, Cuba e outros; 4) a boa relação política e económica desenvolvida com os países capitalistas de acolhimento de emigrantes cabo-verdianos; 5) a prática do verdadeiro não-alinhamento. Abílio Duarte, o primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde dizia que Cabo Verde tinha o coração no socialismo e o estômago no capitalismo. Se virmos bem, o mapa das nossas poucas embaixadas e consulados coincide com o dos países de acolhimento dos emigrantes, fontes da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e origem do investimento directo do estrangeiro. Em resumo, o realismo, a natureza migrante da nação cabo-verdiana e o não-alinhamento como recurso caracterizaram a funcionalidade do Estado nas relações internacionais. O Estado de

Cabo Verde quis ser útil e funcional ao povo e à comunidade internacional. As RI foram consideradas uma forma de colocar Cabo Verde no mapa do mundo e uma parte importante do processo geral de afirmação e desenvolvimento do Estado e da Nação. Quanto ao método, todos os órgãos do Estado (Governo, Parlamento e Presidente da República) participavam na decisão estruturante. Do ponto de vista da operacionalização, o MNE e o Ministério das Finanças eram os departamentos mais activos.

c) O reconhecimento da nova realidade pelos países africanos era o objetivo número um, que se conseguiu com o apoio da OUA. Mais da metade dos Estados capitalistas, socialistas e não-alinhados de outras regiões era o objetivo diplomático número dois. Em terceiro lugar havia que conseguir o apoio político e económico das organizações internacionais. Um quarto objetivo era converter essas relações em utilidades. Por outras palavras, as relações internacionais eram uma nova frente de luta de libertação e desenvolvimento.

d) Cabo Verde teve e voltará a ter o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Digo isto porque mudar o nome não é mudar a substância e o aparelho de execução da política externa sempre procurou com maior ou menor eficiência três objetivos: 1) atrair solidariedade internacional em forma de ajuda e investimento; 2) envolver os emigrantes nos processos de formação do Estado e consolidação da economia; 3) promover a autonomia económica, diplomática e política através da inserção no mundo crescentemente globalizado. O MNE cresceu de dentro para fora e organizou-se em três vertentes principais: 1) administração central ou MNE propriamente dito; 2) embaixadas colocadas em posições de alto valor estratégico; e 3) consulados nas principais cidades de acolhimento de cabo-verdianos. Procurava-se estruturar o MNE para definir objetivos, organizar os recursos para e acompanhar a ação diplomática através de uma inspeção geral.

e) As áreas prioritárias eram: 1) construção e divulgação de uma imagem credível do Estado, o qual tinha sido recebido com dúvidas quanto à sua viabilização e utilidade; 2) consolidação e alargamento da confiança dos cabo-verdianos residentes no estrangeiro e no país; 3) prova constante e crescente de merecimento da parte da comunidade internacional; 4) utilidade internacional através da participação na resolução dos conflitos por via pacífica; 5) investimento na educação e saúde como opção política para promover a participação popular e o desenvolvimento para todos.

**f)** Entre 1975 e 1989, a situação do mundo foi aparentemente estável. Assim sendo, a Política Externa obedecia a alguns princípios e valores relativamente estáveis e a práticas ajustáveis. Nesse período de 15 anos houve uma evolução da governação e, por conseguinte, da política externa. Mudança radical só nesse sector não fazia sentido. O todo da acção interna e externa evoluiu no sentido do desenvolvimento e mesmo da mudança do regime político. Esta mudança foi, naturalmente, muito influenciada pelo cruzamento das relações com diferentes países e diferentes comunidades emigradas no MNE. O esforço realizado nos primeiros 15 anos da república foi nacional e patriótico. Evoluiu segundo uma linha ao mesmo tempo constante e incremental.

**2 a)** A principal forma de demonstrar importância é ser coerente no que afirma e faz. Neste sentido, Cabo Verde afirmou que lutava pela liberdade, pelo desenvolvimento. Afirmou e fez. Esta foi a principal forma de ser útil à ONU e à pelo crescimento e o desenvolvimento. Esta foi a primeira demonstração de utilidade à ONU e à Humanidade. Em segundo lugar, Cabo Verde demonstrou ser possível viabilizar uma nação de fracos recursos materiais graças a uma gestão sã e participada. Em terceiro lugar, a Nação tem agido em defesa de valores universais da Liberdade, da Justiça e da Segurança. Em relação à nossa região, Cabo Verde agiu pela libertação completa de África e continua a esforçar-se nesse sentido. Todavia, sobre esta matéria, muito caminho está por andar.

**b)** Eu prefiro falar da região africana, porque sendo da região, Cabo Verde não faz parte do continente. No período da criação e consolidação do Estado, desempenhou um papel importante na libertação completa de África. Bastará recordar os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), o caso da Guiné-Bissau, África do Sul e Namíbia. Amílcar Cabral é justamente considerado um herói de África e, na parte que me cabe, sinto orgulho. Na sub-região, a chamada Comunidade Económica da África Ocidental (CEDEAO) tem apenas a idade do Estado soberano de Cabo Verde. Fizemos o que pudemos pela afirmação e pelo crescimento da CEDEAO, mas o que pudemos foi pouco. De todo o modo existia a percepção de mais orgulho nacional naquele Cabo Verde inequivocamente africano. Estava mais presente e era mais respeitado por causa da herança de Amílcar Cabral e da acção política regional. As trocas de visitas, as manifestações de solidariedade e o ambiente convidavam a mais optimismo africano do que hoje.

**c)** CEDEAO, OUA, ONU, MNA foram algumas das principais organizações regionais e internacionais defendidas ativamente pelo Estado de Cabo Verde. Essa adesão e essa defesa

consequentes garantiram reconhecimento e solidariedade. Daí resultou parte do sucesso interno e externo, que ultrapassou as expectativas de quase todos. Noto que quando falo de sucesso não pretendo fazer esquecer as dificuldades e encruzilhadas que o país tem pela frente. Quero apenas sublinhar a importância da afirmação do Estado, da sobrevivência e da criação de condições para o desenvolvimento sustentável baseado na educação, na saúde, tecnologia e economia. Os indicadores económicos, sociais, culturais e políticos produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e por várias instituições internacionais mostram o caminho notável que a Nação já percorreu. Esses resultados refletem o trabalho dos sucessivos regimes e governos. Todavia, nunca seria demais sublinhar que, na verdade, Cabo Verde só deu os primeiros e tímidos passos na via do desenvolvimento com justiça social. Todas as análises desses resultados destacam a parte da diplomacia e da política externa.

**d) Parceiros principais?** Os países socialistas na hora da criação do Estado. Para citar alguns de cor, a URSS, a República Democrática da Alemanha (RDA), China e Cuba. Logo a seguir, entre 1974 e 1975, Portugal do 25 de Abril, Holanda e EUA. Os países não alinhados como a Jugoslávia, o Egito, a Índia e a Indonésia. Enquanto nação que tentava ser genuinamente não alinhada, é importante lembrar que Cabo Verde assumiu-se como um Estado funcional e conseguiu atrair o respeito de membros de todos os campos que compunham o espaço da guerra fria: socialistas, capitalistas e não alinhados.

**3 a)** Bem, esta pergunta tem de ser posta no contexto da guerra fria. Desde 1949 Portugal era membro da NATO e era uma potência colonial. Naturalmente, recebia ajuda diplomática militar e económica dos Estados Unidos da América e de outros membros do bloco. Por isso, quem lutava contra o colonialismo era inimigo de Portugal e, por extensão, da NATO. Ficavam os países anticolonialistas dos blocos socialista e não alinhado. O PAIGC era um movimento não alinhado contra a opressão. O resultado é previsível: Cabo Verde recebeu ajuda diplomática e militar dos países socialistas e não-alinhados. Nessa altura, os principais parceiros foram URSS, RDA, Argélia, China, Cuba, Guiné, Marrocos e Senegal. As principais consequências foram a libertação do país, o lançamento da construção nacional e a afirmação do não-alinhamento.

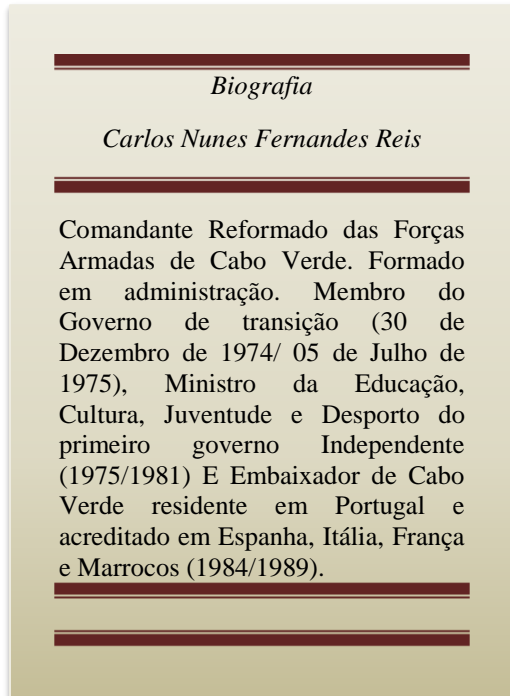
**4)** O regime de partido único influenciou moderadamente as relações externas de Cabo Verde. Na realidade, praticava-se a participação popular, o regime privilegiava os valores da libertação nacional em contraste com a libertação individual, a gestão dos recursos públicos era rigorosa e o Estado foi de direito desde a sua implantação. Havia a ideia de que Cabo

Verde não tinha um regime de partido único como os outros. Por outro lado, os investimentos eram feitos em áreas estruturantes e modernas, tais como a valorização do capital humano (educação e saúde) e infraestruturas básicas. Em terceiro lugar, a mudança de regime político foi protagonizada de dentro para fora e com a participação determinante de uma facção do próprio PAIGC. Concluo afirmando que a transição de Cabo Verde colonial para Cabo Verde democrático durou 25 anos e teve duas fases: criação e consolidação do Estado de direito (1975-1990) + criação e desenvolvimento do Estado democrático (1991-).

Bamgalore – Londres, 26 de janeiro de 2015

Corsino Tolentino

## ANEXO II: RESPOSTA CARLOS NUNES FERNANDES REIS



Cara Kathleen

Considerarei que era minha obrigação aceitar o desafio para responder ao teu questionário. Anexo o meu modesto contributo Espero ter podido ser útil. Agradecia que me pudesse fazer saber se foi bem recebido e se teve utilidade a minha contribuição. Votos de sucessos e felicidades.

Cordialmente

Carlos Reis

1 a) A receptividade do mundo ao novo país que proclamou a sua independência a 5 de Julho de 1975 – a República de Cabo Verde - foi muito boa, de uma maneira geral, sobretudo no plano político. Para aqueles que conheciam melhor a situação de

Cabo Verde, existia muita preocupação e ceticismo, por razões ligadas à economia e à sustentabilidade futura do novo país. Alguns chegaram a vaticinar uma curta vida de alguns meses ao novo país.

b) O processo de formulação da PE do novo Estado baseou-se em dois eixos principais: a experiência e o prestígio do PAIGC que pôde contar com uma importante solidariedade internacional, não só dos países socialistas, até então considerados os aliados naturais, como vários outros países com governos progressistas, como os países nórdicos europeus, e organizações internacionais sensíveis às grandes causas, por um lado; por outro, mas ainda ligado ao PAIGC, a cultura política ligada ao legado de Cabral cuja liderança tinha como marca importante a independência de pensamento, articulado com o mundo mas, também e, sobretudo, com a realidade nacional. O outro eixo importante em que se baseou o processo de formulação da PE de Cabo Verde teve a ver com a análise feita da realidade nacional, segundo a qual «pobre não pode fazer política de rico» (Citação do Programa do Primeiro Governo), garantir o abastecimento do país em géneros de primeira necessidade e criar condições para o crescimento de uma economia sustentável. A estes elementos se juntavam a existência de uma Administração constituída por cabo-verdianos, considerada capaz, e o reconhecimento da importância dos recursos humanos (RH) como a principal riqueza do país.

c) Os principais objetivos a serem atingidos pela PE tinham que estar ligados às necessidades vitais do novo país: a sua afirmação como país independente e soberano; articular a defesa dos princípios e valores com a fragilidade económica das nossas ilhas; criar e reforçar novas alianças consideradas de interesse para o desenvolvimento do país sem perder as alianças tradicionais tecidas durante o processo da luta pela independência; valorizar as relações com os países de acolhimento da emigração cabo-verdiana; reforçar as relações com os países africanos e os países de língua oficial portuguesa.

d) Não trabalhei diretamente ligado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Recomendo que se ouça aqueles que fizeram este trabalho. Contudo, sei que a questão principal que se punha não era bem de estruturação, apesar de se ter adotado uma estruturação que se pode considerar clássica. O desafio principal passou a ser a grande falta de quadros para o preenchimento das responsabilidades inadiáveis de afirmação de soberania; os constrangimentos impostos por um orçamento que não podia deixar de ser insuficiente; a generalizada falta de condições de trabalho que afetava todo o país, a começar pela gritante falta de instalações. Talvez mais que nos casos dos outros Ministérios, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde teve que ser inventado. E continua a sê-lo, em boa medida.

e) Mais uma vez, recomendo respostas de quem trabalhou neste setor, nos primeiros anos. Todavia, o pragmatismo ditou o reforço das relações com os países e organizações que já tinham relevância nas relações económicas das ilhas, à defesa da paz e da legalidade internacional que, por sua vez, conduzia ao reconhecimento da importância das organizações internacionais como a ONU, a UA e outras organizações especializadas; áreas como «migrações» devido à nossa condição de país de emigrantes; relações de cooperação visando a formação de quadros. Quero crer que foi um período fértil em matéria de formação de quadros no exterior em que Cabo Verde e cabo-verdianos ganharam muito.

f) Penso que sim. As políticas devem ser sempre dinâmicas. Devem procurar adequar-se à dinâmica da situação. Trata-se de um campo extremamente interessante de investigação porque a gestão desta articulação entre a dinâmica social – seja nacional, regional ou mundial – e a defesa e a aplicação de princípios e valores visando atingir objetivos estabelecidos é sempre uma questão polémica e, por isso, objeto de investigação académica.

2 a) Apesar de disputadas pelos dois grandes blocos da época, devido à sua posição geográfica – as ilhas de Cabo Verde situam-se no sul do Atlântico Norte e, simultaneamente, no norte do Atlântico Sul, circunstância que as faz pertencer a estes dois mundos; situam-se no equador estratégico das rotas do Atlântico, ligando três continentes – procurou-se defender, do ponto de vista da PE, uma política designada na época de neutralidade ativa e de defesa da paz e do respeito pela legalidade internacional. A importância de Cabo Verde foi crescendo com a visibilidade dos resultados da aplicação das políticas defendidas. Os seus governantes e representantes foram ativos defensores da estabilidade institucional e da defesa da paz na região, na defesa das soberanias e da não ingerência, bem como a defesa de uma política de cooperação para o desenvolvimento. Tivemos um papel particularmente ativo na estabilidade em Angola, país que tem laços históricos com o nosso, na solidariedade da luta contra o apartheid e na aproximação deste grande país africano com os países ocidentais e com os Estados Unidos da América do Norte, em particular. Importa recordar que o primeiro encontro entre os líderes de Angola aconteceu na ilha do Sal, assim como o início das negociações para o processo que haveria de conduzir à abolição do apartheid, entre os líderes da ANC e os representantes do regime do apartheid. Nelson Mandela, Agostinho Neto e outros líderes africanos reconheceram em declarações públicas a contribuição dada pelos dirigentes de Cabo Verde. O Presidente George Bush (pai) também produziu declarações de reconhecimento ao Presidente Aristides Pereira neste sentido. Nem será por acaso que o

representante dos países menos avançados (PMA) junto da Cimeira dos Países Menos Avançados, (PMA), realizada em Paris, em agosto de 1981, foi exatamente o Presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira.

b) Desde a primeira hora, o Governo de Cabo Verde atribuiu a maior importância não só à sua integração nas grandes organizações internacionais como à qualidade das suas contribuições. Além da assumpção das devidas responsabilidades junto de instâncias como a ONU e a OUA/UA, o único limite à presença e contribuição junto das organizações internacionais foi de ordem financeira. Participou ativamente nas reuniões dos organismos especializados como a FAO, OMS, UNESCO. Procurou-se ainda acompanhar o Movimento dos Não Alinhados e iniciativas políticas visando a paz, sobretudo em África. Pertenceu ao Comité Interestatal de Luta contra a Seca no Sahell (CILLS) e às iniciativas em defesa do direito marítimo internacional, chegando a nomear um dos seus juizes para integrar o recém-criado ainda nos anos oitenta Comité Internacional para os Direitos do Mar. A sua participação nas reuniões da CEDEAO, por exemplo, parecem já relativamente modestas. Em nossa opinião, este fato ficou a dever-se mais ao estado da organização que a Cabo Verde. Sem oportunismos políticos importantes, mas pesando a utilidade das reuniões internacionais uma vez que se procurava não esquecer que se estava a representar um povo que vivia com enormes dificuldades e que as representações diplomáticas e a participação em reuniões internacionais foram e são extremamente caras.

c) Os principais parceiros de Cabo Verde neste período foram a Europa, no seu conjunto, mas, com destaque para Portugal, o qual, dentro das suas possibilidades, relacionou-se com Cabo Verde com muita amizade; com muito trabalho ganhamos a amizade dos Estados Unidos da América, o que é muito importante, dada a presença de uma importante comunidade cabo-verdiana neste país, aos laços históricos e ao peso deste país; conseguimos e mantemos uma importante parceria com a República Popular da China; no plano político as parcerias com a África, e com os países de língua oficial portuguesa foram igualmente importantes.

3 a) A formação de quadros nos países socialistas (URSS e outros) foi o setor mais importante do relacionamento de Cabo Verde com os países do chamado bloco socialista. Esta formação foi-se reduzindo com o tempo por razões que, em minha opinião, se devem mais à falta de disponibilidade destes países do que de Cabo Verde. A presença atual destes



países no vasto leque atual do relacionamento de Cabo Verde é insignificante. Dos países socialistas aquele que tem conseguido fazer crescer a sua presença no crescimento de Cabo Verde tem sido a China.

4 a) Influências existem sempre. Neste caso, não podemos deixar de identificar várias delas, algumas com consequências positivas e outras menos positivas. Independentemente deste fato histórico, foi assim que nos fizemos como país independente que tem ainda uma longa estrada a percorrer em direção ao futuro e não deve fazer este percurso sem retrovisor. A análise das imagens que nos são projetadas pelo retrovisor deve ser feita com olhos e cabeça de quem tem em conta o contexto em que vive – contexto nacional e internacional – mas também o percurso feito. Os paradigmas existentes hoje, para se compreender a dinâmica das relações internacionais são hoje muito diferentes dos que existiam em 1975. Da parte pessoal que nos diz respeito, encorajaria as mesmas opções que foram feitas e discutiria o calendário de aplicação. Voltaria a defender o monopartidarismo como uma espécie de «Transição política e social» inicial e aceitaria a ideia de se ter podido iniciar a mudança para o pluripartidarismo com maior antecedência do que aconteceu. Defendo que mais importante do que fazer o gosto aos outros era importante construir o Estado, dotá-lo de instituições que defendessem o Estado de direito, criar condições para que a estrada da liberdade fosse progressivamente alargada e articulada com a construção de bases materiais que permitam tornar as conquistas. Não se pode esquecer que um povo com fome jamais será livre, por mais alto que seja o seu grito de liberdade.

### **ANEXO III: RESPOSTA DE OSVALDO LOPES DA SILVA**

Estimada Kathleen

Antes do mais, peço desculpas por este prolongado silêncio, que se explica por compromissos aos quais não me era possível fugir. Entretanto, passando uma vista de olhos pelos meus arquivos, encontrei duas palestras minhas que podem ser de interesse para o seu trabalho, as quais seguem em anexo. Parece-me que poderia, a partir da sua leitura, reformular o questionário, no sentido da clarificação de pontos ainda não esclarecidos.

Saudações amigas

(Palestra 1 e 2 no Anexo 4)

---

### *Biografia*

#### *Oswaldo Lopes da Silva*

---

Nasceu na ilha de S. Nicolau, em 1936. Fez a instrução primária na Cidade da Praia, seguindo depois para São Vicente, onde frequentou o Liceu Gil Eanes, até o quinto ano. De seguida, foi para Angola, onde completaria os estudos liceais em São da Bandeira (Lubango), para depois ingressar no quadro administrativo, por um ano. Depois, em Portugal, frequentou o curso de engenharia civil, até ao terceiro ano

Em 1961, conjuntamente com colegas das outras colónias portuguesas, fugiu de Portugal para se ir juntar a Amílcar Cabral e à Luta. Completou o curso de Economia no Instituto de Economia Plekhanov de Moscovo.

---



---

Agora, passo a enviar uma outra, por mim proferida em Coimbra, em 2013. Espero que ainda vá a tempo.

Com os melhores votos

Oswaldo Lopes da Silva

*Texto que reproduz a intervenção do Comandante Oswaldo Lopes da Silva*

*Mesa Redonda realizada, em Coimbra, no dia 23.05.2013.*

Esta Mesa Redonda, realizada sob o prestigioso patrocínio do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, vem na sequência do Simpósio Internacional de Guileje, que teve lugar na Guiné, em 2008. Ambos os eventos foram orientados no sentido de um debate desinibido entre representantes das Forças Armadas de Portugal e do PAIGC que se confrontaram em maio de 1973 e que tiveram uma participação directa nas operações de Guidage, Guileje ou Gadamael.

Se, por razões de ordem pessoal, não me fora possível responder positivamente ao convite para participar do Simpósio de 2008, desta vez seria deselegante declinar o convite que me foi feito pelo Dr. Julião Sousa para dar, nesta Mesa Redonda, o meu testemunho, na medida do meu envolvimento nas operações de Guileje e de Gadamael.

Ao Dr. Julião Sousa quero manifestar quanto me sinto honrado pelo convite, aproveitando a ocasião para o felicitar pela boa organização da Mesa Redonda e pelo ambiente de amizade e de respeito mútuo que foi possível criar entre homens que estiveram, em dado momento das suas vidas, em lados opostos da barricada.

Seja-me permitido dirigir uma saudação muito particular ao Sr. Coronel Coutinho e Lima que, numa situação dramática, teve a coragem de tomar a decisão de abandonar o quartel de Guileje, ultrapassando ponderações sobre o futuro da sua carreira militar. No momento, o que importava era salvar vidas - dos soldados sob o seu comando, mas também das populações que se encontravam sob sua proteção - face à esmagadora desproporção de forças então em presença.

Amantes da paz, estamos aqui reunidos para falar da guerra, essa eterna companheira da humanidade, que Clausewitz definiu como a continuação da política por outros meios, ou ainda, como um conjunto de acções violentas entre dois beligerantes ou grupos de beligerantes, cada um deles visando impor ao outro a sua vontade política.

Maio de 1973, com o desfecho das grandes operações de Guidage, Guileje e Gadamael, marcou o ponto de ruptura do equilíbrio de forças em presença no teatro de operações da Guiné. Num quadro geral de grande supremacia das Forças Armadas Portuguesas no que se refere ao somatório dos efectivos e do armamento, o facto é que o desenrolar dessas operações evidenciou que as forças do PAIGC, dispondo de iniciativa, de grande mobilidade, de armamento moderno e de enquadramento qualificado, estavam aptas a concentrar contra qualquer quartel da Guiné uma supremacia esmagadora. Isto face a um inimigo cujas reservas se encontravam exauridas, e que se encontrava diminuído na sua mobilidade em consequência da eficácia dos mísseis antiaéreos “Strela” utilizados pelas forças nacionalistas. Chegara o momento a partir do qual, nas palavras de Clausewitz, a continuação da guerra deixa de fazer sentido e deve intervir uma solução política: quando fica demonstrado que a continuação da guerra só pode conduzir ao esmagamento de uma das partes pela outra.

A luta dirigida por Cabral combinava acções em distintas frentes, sendo a militar apenas uma delas, e não a mais importante. Essa acção multiforme devia conduzir ao enfraquecimento do inimigo (no aspecto militar, moral da retaguarda, isolamento diplomático, agravamento das despesas com a guerra), a ponto de o levar à situação de ter de acatar a solução política que só podia ser a independência da Guiné e de Cabo Verde. Estava longe dos propósitos de Cabral uma vitória militar, não apenas por considera-la incoerente com a doutrina da guerra, mas ainda pelo receio do protagonismo excessivo que tal desfecho

conferiria à classe castrense guineense. Por alguma razão, Cabral sempre optou por falar de militantes armados do PAIGC e não de militares.

Na sequência dos graves reveses sofridos em Maio de 1973, o general Spínola encontrou-se em Lisboa com o Presidente do Conselho Marcelo Caetano. Sem rodeios, o general pôs a nu a gravidade da situação operacional na Guiné e apresentou duas alternativas como forma de conjurar a ameaça iminente de colapso militar: ou a atribuição de reforços substanciais ou a procura de uma solução política.

Caetano negou ao general Spínola uma coisa e a outra. Quanto a reforços, os poucos disponíveis estavam destinados a garantir a segurança das obras da gigantesca barragem de Cabora Bassa e à implantação, no norte de Moçambique, de um milhão de colonos. Perante essa realidade, a Guiné, que nunca fora colónia de implantação branca, nem apresentava os atrativos económicos de Moçambique, ficava a perder, no jogo delicado de atribuição das minguadas reservas disponível, que tinha que obedecer às prioridades económico-financeiras do momento. A alternativa de solução política, vista por Caetano como sendo equivalente a negociar com terroristas, foi liminarmente rejeitada. Caetano declarou ao general Spínola que preferia uma derrota militar a negociar, pensando assim defender o sagrado princípio da intangibilidade das fronteiras imperiais, de Minho a Timor. Os territórios de Goa, Damão e Diu, que, desde 1961, se encontravam sob jurisdição da União Indiana, continuavam a ser considerados, na propaganda salazarista, como constituindo uma província ultramarina sob ocupação estrangeira. Na lógica de Caetano, uma derrota militar na Guiné podia ser transfigurada em ocupação de uma província ultramarina por forças do comunismo internacional. Deixando intangível o princípio de não cedência de qualquer parcela do Ultramar, a classe dirigente portuguesa pensava poder continuar a usufruir das riquezas de Angola e de Moçambique, onde o equilíbrio das forças em presença parecia pender a seu favor.

Perguntar-se-á como foi possível que, no conjunto das três frentes de guerra de libertação nacional contra o exército colonial português, o primeiro sinal de ruptura do equilíbrio operacional tenha ocorrido na Guiné, a menor e menos populosa das três colónias em guerra (Guiné, Angola e Moçambique)?

Comparemos os dois casos extremos de Angola e da Guiné. Em Angola, o início da guerra foi determinado pela sucessão de acontecimentos desencadeados pelo desvio da “Santa Maria” por Henrique Galvão, e que, de erro de apreciação em erro de apreciação, conduziu ao assalto às cadeias de Luanda, no dia 4 de Fevereiro de 1961, e a tudo o que se lhe seguiu. Os “média” que se tinham concentrado em Luanda para darem cobertura condigna à anunciada proclamação por Henrique Galvão de um governo de oposição a Salazar são surpreendidos por acontecimentos que marcaram o início da luta armada em Angola. Isso de forma atabalhoada, numa altura em que nem a UPA, e muito menos o MPLA, estava em condições de assumir a liderança de uma ação coerente contra o exército colonial. Na verdade, o MPLA, quase desmantelado na sequência das numerosas detenções efetuadas pela PIDE em 1959 e 1960, encontrava-se, na altura, decapitado, com Agostinho Neto deportado em Cabo Verde e os demais membros da Direção (Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara, Viriato da Cruz, Dr. Eduardo Macedo dos Santos) precariamente instalados em Conakry e sem contatos com Angola.

Quanto a Holden Roberto, por insistência de Franz Fanon, renunciara ao objetivo inicial de restauração do reino do Congo, compreendendo o norte de Angola e partes dos dois Congos e até do Gabão, estampado na sigla UPNA (União dos Povos do Norte de Angola). A passagem a UPA (União dos Povo de Angola) nada alterou do carácter tribal da organização, e Holden nada mais tinha a apresentar senão o terrorismo racista, não transpondo a sua ação os limites da sua tribo bacongo.

No caso da Guiné, a ação armada só teve início em 1963, quando o PAIGC já dispunha de um enquadramento assegurado por um primeiro grupo de jovens formados na China e das primeiras armas fornecidas pelo rei Hassan II de Marrocos. Embora os primeiros chefes da guerrilha do PAIGC tenham sido formados na China, Cabral soube rejeitar rigorosamente todo o envolvimento no conflito ideológico chino-soviético. O facto de a União Soviética privilegiar a análise fria das capacidades das organizações nacionalistas, com abstração das declarações desnecessariamente marxistas das suas direções políticas, criou condições para um bom entendimento e a um reforço qualitativo da ajuda soviética, à medida que, no terreno, os combatentes demonstravam capacidade para dar boa utilização às armas fornecidas. As primeiras ajudas soviéticas só foram concedidas quando o PAIGC mostrou que estava no terreno, embora mal equipado. As primeiras armas soviéticas, saídas dos paióis da II Guerra Mundial, foram PPCh, morteiros 60 e 82, canhões B10, pistolas “Macarov”.

Isto bastou para que a guerrilha pudesse mostrar presença em toda a extensão do território, embora fugindo ao contato com as forças inimigas, ainda mais fortes. Estava-se na fase primária de dispersão das forças inimigas, que correspondeu, do nosso lado, à interrupção das vias de comunicação, das redes de eletricidade e de telefones, à mobilização da população para recusar o pagamento do imposto indígena, ao que o inimigo respondeu com a criação de uma densa rede de quartéis, ainda no consulado do general Schultz. Para nós, tornava-se evidente que quanto mais densa fosse a rede de quartéis, mais fraco ficava o inimigo em cada quartel, considerado isoladamente. Chegado a esse ponto, o inimigo podia ser atacado, em emboscadas, para isolá-lo nos quartéis.

Quando, em 1968, o general Spínola é nomeado governador da Guiné e comandante-chefe, vastas áreas do território e as populações que as habitavam tinham passado para o controlo direto do PAIGC, onde iam sendo lançadas as bases de um estado funcionando autonomamente em relação ao poder colonial. De tal modo que Cabral já podia anunciar, junto das chancelarias e das instâncias internacionais, que a Guiné se apresentava como um país dotado de uma administração autónoma, capaz de suprir as necessidades básicas da população, e onde eram exercidos os poderes de um estado soberano, com uma parte do seu território ainda ocupado por forças coloniais.

A nova política de “Guiné Melhor” do general Spínola, embora tenha causado alguma perturbação momentânea, não tinha fôlego para travar o ritmo acelerado da luta, tanto mais que o general Spínola não podia dispor dos muito avultados recursos que a sua política requeria.

Chega-se aos princípios de 1969 com um equilíbrio de forças que, na mesma medida, se tinham reforçado de um lado e do outro. Por essa altura, vem reforçar as hostes do PAIGC o grupo de cabo-verdianos, de nível académico elevado, que estivera em formação militar em Cuba e prosseguira a formação na União Soviética, em particular no ramo da artilharia. Foi significativo o salto qualitativo que a luta conheceu quando esse grupo assumiu o comando da artilharia. Além do mais, a presença desse grupo no terreno convenceu as autoridades soviéticas a elevar o nível qualitativo da ajuda que vinha concedendo ao PAIGC. É quando fornecem o “GRAD”, morteiro reativo de 122 mm, com um alcance de um pouco mais de 10 km. Trata-se da adaptação da “CATIUCHA” da II Guerra Mundial às condições de guerrilha, ou seja, um lança mísseis de um só tubo, montado num tripé facilmente desmontável e

transportável por um só homem. O próprio míssil divide-se em duas partes, a propulsora e a explosiva, cada uma delas facilmente transportável por um homem. A vasta campanha contra os quartéis da frente sul, ao longo do segundo semestre de 1969, evidenciando uma significativa evolução das forças do PAIGC em qualidade de armamento e de utilização da artilharia, perturbou seriamente os planos do general Spínola de reconquistar todo o sul.

Em finais de 1969, a artilharia, que estivera concentrada na frente sul, é repartida pelas três frentes. Coube-me então o comando da artilharia da frente leste, com a missão de atacar todos os quartéis dessa vasta área: Buruntuma, Piche, Canquelifa, Pirada, Badjacunda, Gabu, Cabuca. Tratando-se de uma área pouco habitada, com fraco valor estratégico do ponto de vista da política do general Spínola, e onde durante longo tempo as nossas forças tinham estado inativas, havia a suspeita da intenção do inimigo de se retirar de alguns desses quartéis para encurtar o seu dispositivo e reforçar outras áreas mais ameaçadas. Para obstar tal intenção, não havia como mostrar que a ameaça estava no terreno. A exiguidade dos nossos efetivos de infantaria foi suprida pela ação da artilharia de longo alcance. Não dispondo de mapas, socorria-me do ardil de provocar o inimigo com alguns disparos inócuos de morteiro 82, em noites de lua nova, quando o clarão da artilharia inimiga se podia distinguir a maior distância. Podíamos assim determinar não apenas a direção, mas ainda a diferença de tempo entre o clarão e o som do disparo. Multiplicando esses segundos pela velocidade de propagação do som (360 m/s) tinha-se um valor muito aproximado da distância ao quartel.

Depois de uma ausência de quase dois anos, ocupados numa formação de marinha na União Soviética, cheguei, em Agosto de 1972, a Conakry, onde encontrei uma situação de grande tensão, criada pelos conspiradores que vieram a estar envolvidos no assassinato de Cabral, a 20 de Janeiro de 1973. Foi neste clima tenso que Cabral me lançou o desafio de preparar o ataque a Guileje, considerado o mais bem fortificado quartel da Guiné. Ao desafio de Cabral respondi, sem hesitação, que podia destruir qualquer quartel da Guiné que ele determinasse desde que dispusesse de meios e de tempo suficiente para a preparação de dados para a artilharia. Poucos dias depois, partia com destino a Kandiafara, onde me esperavam os 24 combatentes, cabo-verdianos e guineenses, que iam constituir o meu grupo de reconhecimento. Levava comigo fardas, mochilas, cantis, marmitas, abastecimento reforçado e tudo o mais necessário a equipar o meu grupo. Para as necessidades da artilharia, levava várias bússolas artilheiras, bússolas de bolso, cronómetros, e até um sextante, as efemérides náuticas, bem como um frasco com mercúrio que me serviria para criar horizonte artificial

para a determinação da altura do sol. O recurso à astronomia permitiu-me a determinação, com muita precisão, da declinação magnética e da longitude do lugar, por observação do sol no ponto de culminação. Menos precisa era a determinação da latitude, o que me levou a recorrer a métodos menos complicados para a preparação de dados para a artilharia. A transposição para Guileje da experiência da frente leste não deu os resultados que eu esperava. O regime de fogo do inimigo (mais que uma peça a disparar em simultâneo) não permitia ligar o estampido ao clarão do disparo. Tive que me contentar com a determinação da direção do fogo inimigo a partir de distâncias de 4 a 12 km, de acordo com o alcance das armas de que podia dispor: morteiros 120, GRAD e canhões 130. Empreendi em seguida a operação delicada de ligar os pontos que me garantiam a direção de fogo por levantamento topográfico. Com os dados das observações e do levantamento topográfico, e trabalhando sempre com referência ao norte magnético, só restava resolver um problema simples de geometria plana para ter dados precisos não apenas de direção, mas a distancia. Encontrava-me em posição de me oferecer o requinte de, com recurso a mais uma poligonal, situar a posição de fogo no meio da mata densa, fugindo das “lalas” que tinham servido para a observação do fogo inimigo.

A parte mais perigosa do reconhecimento consistiu na observação do quartel a partir do arame farpado, para termos a localização das suas instalações e as distâncias relativas às peças de artilharia. Neste trabalho, foi notável a contribuição de especialistas de reconhecimento cubanos. Foi nessas movimentações próximas do quartel que a Operação Amílcar Cabral registou as suas únicas baixas, vítimas de minas: dois mortos e um ferido, todos da infantaria que garantia a escola do grupo de reconhecimento.

Em finais de 1972, já dispunha de dados de artilharia suficientes para desencadear a operação contra Guileje, mas estavam por resolver os complicados problemas logísticos de movimentação dos efetivos que deviam vir das outras frentes, com o cuidado para que estas não ficassem demasiado desguarnecidas, transporte de armas, munições, alimentação, e até água, que foi transportada em camiões a partir de Kandiafara. Num grande raio à volta do quartel toda a água é salobra.

Depois de ter elaborado um croqui onde situava as posições de fogo, as “lalas” que podiam ser utilizadas pelos mísseis terra- ar STRELA, e para ocupar o tempo disponível, fiz o mesmo trabalho em Quebo (Aldeia Formosa).



Em Março de 1973, fez-se um teste ao comportamento dos nossos combatentes numa operação com ocupação do terreno em pleno dia, sob a proteção dos mísseis antiaéreos STRELA, que pela primeira vez entravam em cena. Foram disparados contra Guileje vários mísseis GRAD, o que deu lugar à vinda de aviões, dos quais um foi abatido e dois, atingidos, conseguiram regressar à base.

Sendo satisfatórios os resultados do teste, acelerou-se a preparação da Operação Amílcar Cabral, que teve início na manhã do dia 18 de Maio, quando o inimigo caiu num campo de minas na estrada Guileje-Gadamael. À tarde, de uma posição a cerca de 4 km foram disparados 180 granadas de morteiro 120 (6 morteiros com 30 granadas cada), com vista a destruir os abrigos. Mais tarde, entrou em ação um canhão de 130 mm, a 12 km de distância, com um disparo de meia em meia hora, de modo a tornar impossível a vida no quartel. Tínhamos mobilizado meios para uma operação prevista para durar um mês, mas, ao fim de dois dias, o grau de destruição causada pela artilharia era impressionante. De tal modo que a tropa e a população tiveram que passar a partilhar em permanência a exiguidade dos abrigos, privadas de comida, água, e até de comunicações, depois que as antenas também foram destruídas. Continuar no quartel, nessas condições, sem a menor capacidade de resposta, tornara-se inútil do ponto de vista militar. Uma nova salva de morteiros 120 por certo causaria um massacre. Por felicidade, o Sr. Coronel Coutinho e Lima, que conhecia muito bem o terreno, conseguiu encontrar uma vereda que escapara ao controlo da nossa infantaria para fazer passar, com destino a Gadamael, a tropa sob o seu comando e a população.

Por minha parte, à notícia da queda de Guileje, retirei-me, isolei-me, para descansar e refletir. Nunca mais me aproximei de Guileje.

Passado um ou dois dias, fui informado de que devia seguir para Gadamael para a mesma missão de preparação de dados para a artilharia. Com o meu grupo de reconhecimento, fomos ver o que podíamos fazer no pouco tempo que nos era dado. Ainda conseguimos pôr em acção uma posição e GRAD, a 6 km de distância, e determinámos os dados para canhão 130, a uns 10 km. Mas não tive a oportunidade de observar de perto o quartel e a distribuição das suas instalações. Entretanto, fui convocado a Conakry, para uma missão à Líbia. Pouco depois, a operação contra Gadamael foi interrompida. É que o Congresso do PAIGC, que devia analisar toda a situação que envolveu a morte de Cabral e

designar o seu sucessor, estava a ser preparado dentro do maior secretismo. As forças empenhadas em Gadamael tinham que ser retiradas pois iam constituir o dispositivo de segurança do Congresso.

Em minha opinião, o ataque a Gadamael, na sequência da queda de Guileje, não foi a melhor opção. Melhor seria um ataque a Quebo (Aldeia Formosa) com forte pressão sobre Tombali. Com a queda de Guileje, Gadamael tornara-se uma inutilidade que não incomodava a ninguém. A sua guarnição devia ser deixada entregue aos mosquitos e ao tédio.

Praia, 13 de Junho de 2013

Osvaldo Lopes da Silva